

Ernest Wamba dia Wamba

***Política Africana
Contemporânea:
O Caso da República
Democrática do Congo***

SEPHIS

copyright © Ernest Wamba dia Wamba, 2009

Published by the South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (SEPHIS), Amsterdam, 2009.

Printed by Vinlin Press Sdn Bhd, No. 2, Jalan Meranti Permai 1, Meranti Permai Industrial Park, Batu 15 Jalan Puchong, 47100 Puchong, Selangor Darul Ehsan, Malaysia for Forum, 11 Jalan 11/4E, 46200 Petaling Jaya, Selangor, Malaysia.

Esta palestra foi ministrada pelo filósofo congolês Ernest Wamba dia Wamba, durante sua visita ao Brasil, organizada pelo escritório do Sephis, sob a coordenação da professora Alyxandra Gomes Nunes, no âmbito do programa Lecture Tour, no ano de 2008. O referido professor visitou diversas universidades, tais como: a Universidade Federal da Bahia/CEAO, Universidade Federal do Amapá, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal Fluminense, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Centro de Referência da Mulher – CERMM/UFRJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro Zona Oeste e Universidade Federal do Estado de São Paulo

Address:

SEPHIS
International Institute of Social History
Cruquiusweg 31
1019 AT Amsterdam
The Netherlands

<http://www.sephis.org>

email: sephis@iisg.nl

POLÍTICA AFRICANA CONTEMPORÂNEA: O CASO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

INTRODUÇÃO: NATUREZA DA POLÍTICA

Uma boa compreensão dos tempos políticos vivenciados pela África torna-se por vezes difícil, visto que trabalhamos com uma concepção muito estreita que costuma reduzir a política simplesmente ao Estado. Em lugar do pensamento político, encontramos apenas as manipulações, as intrigas e os discursos – essencialmente os da propaganda, senão descrições das instituições, das “elites”, etc. Toda a questão da política resume-se à conquista do poder de Estado. E em nossos países da África, onde a política é concebida como uma profissão e como a única via para obter os melhores meios de vida, a política torna-se qualquer coisa de ruim, por ser encarnada por todo tipo de gente corrupta, e, às vezes, marcada por lutas impiedosas.

Por esse motivo é importante dizer algo sobre a política. As ações da xenofobia na África do Sul, por exemplo, se não forem compreendidas como conseqüências das prescrições políticas, serão dificilmente explicáveis politicamente. Com o fim das lutas de liberação africana e sul-africana contra o colonialismo da Apartheid, reproduziu-se o “excepcionalismo” nas consciências dos sul-africanos frente ao resto do continente, e a categoria política *cidadania* ficou conformada àquela do discurso colonial sobre o indígena. O fato de chegar ao poder através da ANC e de se recusar a transformar realmente o Estado de Apartheid em um Estado atuando como um movimento de liberação que alcançou o poder, e que, portanto, ocupar-se-ia prioritariamente de satisfazer as necessidades da grande maioria da população, criou uma situação de retomada do caráter discriminatório do Estado de Apartheid, agora, contra os imigrantes. Tal dificuldade resulta também do fato que a crítica ao neoliberalismo econômico não esteja associada a uma crítica à política liberal (democracia liberal) correlata. Esta [a política liberal] é muitas vezes aceita sem reserva. Quando a democracia, em vez de partir da base, é imposta de cima para baixo, não se trataria de uma continuidade da missão civilizatória?

A política diz respeito ao coletivo e é, portanto, necessariamente organizada. Só há política se for organizada. A essência da

política é a prescrição de uma possibilidade em ruptura com aquilo que se tem, e não necessariamente a manutenção através de todos os meios do que se tem. O exercício ou a experimentação dessa prescrição e dos enunciados por ela comandados, sob a autoridade do evento passado (marcha reprimida contra a fome, por exemplo), deveria passar por reuniões, discussões, declarações, intervenções e organizações visando decisões. A política é organizada através de dispositivos organizados que organizam esta política.¹ Alguns exemplos desses dispositivos são: o partido político, o partido-Estado, o Estado, as eleições, o movimento, “o Exército popular”, etc. No decorrer dos dois últimos séculos, a política foi partidária, isso quer dizer que ela adotou o partido político e o formato de partido como dispositivos essenciais. O formato partido é o elemento da programática e do centralismo democrático como sistemas de decisões políticas. Significa fazer do Estado o modelo de organização política. Os três regimes dominantes no século passado, notadamente o parlamentarismo (o Estado dos partidos), o Stalinismo (o Estado-partido), o nazismo, eram político-partidários. Algumas variantes, geralmente mediócras, também existiram na África dita independente. Sabemos que até a primeira metade do século 19, a política era uma política de classes e insurrecional. Foi depois do fim da política da Comuna de Paris que surgiu o dispositivo do partido.

Não há dispositivos naturais ou permanentes na política. A política, e, sobretudo, a política de emancipação, surge de processos políticos singulares que se constituem como desenvolvimento das matérias da política. Algumas matérias da política com as quais a África se vê confrontada: a luta pela autodeterminação nacional frente à mundialização imperialista; a questão democrática, da busca de relações mais ou menos justas entre as pessoas do povo, inclusive a questão nacional propriamente dita, e a obrigação do Estado de contar cada um como UM, nem mais, nem menos, nem zero, tal como ele(ela) é e onde seja que ele(ela) esteja; a questão do desenvolvimento endógeno pró-povo (contra a organização da economia predatória, o saque dos recursos naturais, e a imposição das

¹ *Distance Politique*, Journal de l'Organisation Politique: no. 40, 38-39, 36-37, 35, 32-33. Sobre tudo os artigos assinados por Sylvain Lazarus. 1999-2004.

políticas das instituições de Bretton Woods), inclusive a questão da saúde, da educação e da felicidade do povo no seu conjunto; a questão do despotismo da fábrica e aquela de um melhor tratamento das grandes diferenças, mais particularmente entre homens e mulheres, e entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, a cidade e o campo, a indústria e a agricultura, etc. Em suma, trata-se de acabar com – ou dissolver – todas as relações de poder de opressão na situação atual.

A política de emancipação não é permanente: ela surge, desenvolve-se e finaliza-se. Existe concretamente sob a forma de modos históricos da política. Um modo histórico da política, segundo Sylvain Lazarus,² é a maneira como a política se propõe, ao mesmo tempo, como um processo, sistemas de decisão e práticas, e como pensamento *interno a esse processo*. Esses modos são as formas de existência, historicamente atuantes, da política. O modo é uma relação entre uma política e seu pensamento.

O partido político enquanto forma organizacional da política organizou a política durante todo século 20. Do parlamentarismo, com seus partidos (multipartidarismo), à visão leninista do Partido Social-Democrata (*O que fazer?*), à forma do partido Estalinista (*sem partido revolucionário, não há revolução*), ao Partido Fascista italiano, até ao Partido Nazista, encontra-se essa forma organizacional. Até mesmo os movimentos de liberação nacional, nos países colonizados e dominados, foram seduzidos por esta forma. Todo espaço político do século 20 foi dominado pela forma “partido-Estado”, política de subordinação do Estado à política do partido político no poder, não somente sob as diversas formas do partido-Estado único, mas também sob a forma do multipartidarismo parlamentar estatal. Através dessas formas, a única dinâmica da política que se concebia era a tomada de poder, para o regime pré-soviético, e a conservação do poder, para os partidos únicos e os partidos parlamentares.

Nos países colonizados e dominados, desde a independência da Índia (1948), até o assassinato de Amílcar Cabral e de Salvador Allende (1973), o modo histórico da política de luta de liberação

² Alain Badiou, *Abrégé de Métapolitique*. Paris: Editions du Seuil 1998; Sylvain Lazarus, *Anthropologie du Nom*. Paris: Editions du Seuil, 1996. Consultar também suas Conférences du Rouge-Gorge, no. 1 et no. 5.

nacional dominou e afirmou-se como política transformadora do mundo.³ Acabou gradativamente e foi substituído seja por partidos-Estado, organizados após golpes de Estado, seja por partidos únicos em Estados desenvolvimentistas, ou ainda por variantes do parlamentarismo, estas impostas como condições em programas de ajustamento estrutural ou implementadas como políticas de descolonização visando a perpetuar a missão civilizadora, sobretudo nos contextos da Guerra fria.

Esse modo da política está hoje *em crise* – embora se continue a impor e perpetuar em certos países. No centro do desmoronamento da União Soviética e de outros Estados socialistas, encontrava-se a perempção da forma partido-Estado. Após o fim da Guerra dita fria, o triunfalismo capitalista impulsionou variantes da política parlamentar; o ultraliberalismo (o neoliberalismo) chegou à exigência, se não do desaparecimento do Estado, da sua redução às suas simples funções policiais (exército, polícia, segurança), conforme o *slogan* “menos Estado, melhor Estado”. A obrigação externa da “boa governança”, a despeito da iniciativa e da participação das massas populares, não tem outro conteúdo: a exigência de uma boa administração contábil das despesas do Estado, na ordem das coisas do mundo neoliberal, quando não se trata de um mero saque do Estado através de privatizações forçadas.

A nova época de hegemonia americana suscita a emergência de uma missão de democratização semelhante à missão colonial de civilização. No início da Guerra no Iraque, algumas pessoas nos Estados Unidos da América começavam a se perguntar se um país poderia construir a democracia para outros países; se pessoas de um país poderiam saber como construir a democracia para povos de outros países. A democracia, o poder do povo pelo povo e para o povo, apresentada como sendo a solução política mundial, era imposta em outros países inclusive através da força. Uma vez findado um dos dois modos históricos dominantes da política – o modo Estalinista, o modo parlamentar passou a ser proclamado como único modo possível para o mundo.

³ Peter Hallward, “The Politics of Prescription”. *The South Atlantic Quarterly*, 104: 4. Fall 2005.

Assim, estamos vivendo em tempos de crise política no plano mundial. O otimismo das experiências revolucionárias que caracterizou durante muito tempo os movimentos de liberação nacional quase desapareceu. O triunfalismo capitalista, diante dos grandes problemas do planeta – mudanças climáticas, ameaça de uma depressão econômica generalizada, ameaça de epidemias de doenças incuráveis, rápida acumulação da pobreza no mundo, crise alimentar, etc. – acusa um recuo. As resistências à mundialização capitalista, ou o anticapitalismo global⁴ e as experiências democráticas, qualitativamente diferentes, na América Latina, apontam para um horizonte de saídas potenciais da situação atual.

Uma nova figura da política está em via de emergência. Sua questão central é: como mudar o mundo sem investir no poder de Estado? Como construir uma potência política a partir da capacidade política das pessoas, capaz de dissolver as relações de opressão do poder (John Holloway, *Change the World without Taking Power*, 2002)? Como transformar o Estado sem um apoderamento de Estado?⁵ Parece não se tratar mais, para mudar o mundo, nem de entrar no Estado, nem de erradicar o Estado. Todas as formas de *entrismo* no Estado não conseguiram modificar significativamente as modalidades de funcionamento do Estado. As experiências na África têm demonstrado que são os “esquerdistas” que, ao entrar no Estado, se transformaram em “direitistas”. Os eventos populares muitas vezes resultaram em uma modificação das modalidades do funcionamento do Estado (*causalidade por ausência*).⁶

Isso explica a emergência de dois tipos opostos na política enquanto pensamento: a política dominante é o *parlamentarismo*. Esta defende que a democracia é *votar*. Só há política se for interna

⁴ Samir Amin et François Houtart (edit), *Mondialisation des Résistances : L'Etat des luttes 2002*. Paris : L'Harmattan, 2002; *Notes from Nowhere, We are Everywhere*, London: Verso, 2003.

⁵ John Holloway, *Change the World without Taking Power*. London: Pluto Press, 2002.

⁶ A título de exemplo, a caminhada dos estudantes da Universidade de Kinshasa que resultou no massacre de cerca de 70 pessoas, induziu no Estado uma obrigação em reorganizar a Universidade como se os estudantes continuassem manifestando. A admissão na Universidade ficou sob controle das forças de segurança durante muito tempo.

ao Estado, vinculada a seus partidos e a suas eleições. A escolha e a liberdade política ficam reduzidas à opção entre tal ou tal outro candidato. O pensamento parlamentar vincula Estado e Política e sustenta que não há nada sério fora do Estado, dos partidos e das eleições. Para o parlamentarismo, a política consiste em ser capaz de conquistar e manter-se no poder de Estado. Por esse motivo, é chamada de *política do ponto do Estado, ou política do lado do Estado*, em oposição à *política do ponto das pessoas ou do lado das pessoas, distanciada do Estado ou próxima das pessoas*.⁷

Na África em geral, e na RD do Congo em particular, o pensamento e as práticas políticas foram dominadas por um liberalismo segundo o qual o Estado seria o único domínio legítimo da política: a política é redutível ao Estado e o Estado é o único domínio legítimo da política. O pensamento político africano tem sido dominado por essa idéia. Resulta difícil então pensar uma prática política contrapondo-se a essa idéia que reduz a política à captura dos cargos de Estado e do próprio Estado. Trata-se de um fetichismo de estado. A população africana sofre de uma fé cega no Estado. O Estado é quem deve fazer de tudo para nos emancipar! Acredita-se que o essencial é de ter no Estado “boas pessoas”. É esse fetichismo que faz acreditar, até mesmo à “oposição congoleza”, na necessidade de uma lei para se organizar. Também é ele que contribui para o bloqueio do debate social e da necessária construção do povo. O debate político costuma enfocar apenas a avaliação da capacidade do Estado, o que de fato se resume à eficácia gerencial do Estado, a despeito de um verdadeiro debate político sobre o Estado e a sua natureza. O debate político poderia interessar-se, por exemplo, por: quais são as prescrições que fundamentam a República Democrática do Congo enquanto Estado? Durante longos tempos, a RDC apenas foi um nome próprio; não era nem democrática nem republicana. A questão é de saber se a RDC é um Estado digno. Pergunta-se por exemplo se é praticado o axioma da igualdade para com todos os congolezes sem distinção?

⁷ *Veja:* Journal du Rassemblement des Collectifs des ouvriers sans-papiers des foyers et de l'Organisation Politique. No. 6-mars 2002. Ver também os artigos do jornal *Distance Politique*, nota 1.

Essa discussão mínima da política é necessária para que possamos cercar as questões políticas às quais a África está confrontada.

CONCEPÇÃO DOMINANTE DA DEMOCRACIA:
UM PENSAMENTO ÚNICO? CONTEXTO MUNDIAL DA POLÍTICA

A mundialização imperialista não consegue acomodar-se à diversidade cultural ou às civilizações do mundo. Não raro, evoca-se o conflito das civilizações para justificar as guerras. A cultura, ou a civilização dominante, quer-se universal. Ela seria a finalização da história humana, não restariam mais outras histórias a serem feitas.

O materialismo democrático (Alain Badiou, 2007)⁸ passou a ser a ideologia dominante do mundo. Na sua perspectiva, não haveria no mundo nada além de corpos marcados por linguagens. Haveria apenas um único mercado, uma política, uma economia; enfim, uma única ordem das coisas. As linguagens seriam equivalentes e os corpos permutáveis. Não admite exceção, e se houver alguma, esta só pode ser totalitária ou terrorista. Tudo aquilo que não se assemelha ao resto da única ordem das coisas é efetivo e intrinsecamente antidemocrático. Ser democrático tornou-se cada vez mais obrigatório. Sendo a democracia reduzida à ordem política ocidental, exige-se então que se tenha uma democracia do tipo ocidental.

Na esteira da missão civilizadora dos colonialistas e da missão desenvolvimentista dos neo-colonialistas, as potências, sobretudo as ocidentais, outorgam-se a missão da democratização do mundo. Como no caso das demais missões, a iniciativa daqueles aos quais se destina é raramente solicitada; a missão de democratizar os povos se dá através de imposição, até mesmo da força. A democracia fica reduzida a um pacote de técnicas, incluindo o constitucionalismo (por vezes, o rascunho da Constituição vem dos peritos estrangeiros), o mecanismo eleitoral (com uma rede eletrônica programada no exterior), os sistemas de gerenciamento das eleições com observadores estrangeiros, etc., a serem exportados e impostos a partir do topo do Estado nos países dominados. No caso da RDC, até o essencial do financiamento das eleições era assumido pela União

⁸ Alain Badiou, *Logiques des Mondes*. Paris: Editions du Seuil, 2007. Prefácio.

Européia. E curiosamente, não se dedicou quase nada do orçamento para a educação cívica dos congoleses. Assim, o *demos*, fica reduzido a eleitores passivos sem uma real educação para cidadania.

Mais uma vez lança-se mão de uma categoria sedutora – tal como o eram a civilização e o desenvolvimento, a democracia, não para romper com o mundo liberal responsável da escravidão Atlântica, do colonialismo e do neocolonialismo, isto é, o mundo criado pelos escravistas, os colonialistas e os neocolonialistas, mas sim para assegurar a sua continuidade. Uma democracia que escapa ao controle daqueles aos quais se destina não pode ser democrática, como foi o caso das missões de civilização e de desenvolvimento.

É preciso remontar às revoluções burguesas, desde a inglesa, a americana, a francesa etc., para saber o que está em jogo na lógica de todas essas missões. Os povos que se pretende civilizar, desenvolver ou democratizar são comumente vistos muito mais como objetos do que como sujeitos responsáveis por suas próprias missões. A caridade sempre se substitui à solidariedade que suporia um axioma de igualdade. As revoluções burguesas estabeleceram que só os ricos proprietários privados poderiam garantir a paz e o progresso social do mundo.⁹ Os demais deviam limitar-se a serem objetos da sua caridade. A revolução haitiana dos escravos, que propôs uma dinâmica diferente da história mundial, baseada na igualdade da humanidade e, portanto, na solidariedade, radicalizou a posição burguesa, e esta se deu por objetivo de sempre por em xeque a prescrição dos escravos revolucionários. Uma democracia de um novo tipo, afirmando a igualdade e a participação solidária é, portanto, possível, mas geralmente reprimida.

A democracia parece reduzida a uma formalidade certificada e aprovada pela “comunidade internacional”. Sem a ocorrência de protestos violentos, as experiências eleitorais marcadas por fraudes, compras de consciências, ameaças, contagens falsificadas, fundamentadas em leis injustas e fabricadas sobre medida, não são levadas em conta. Os protestos (no Congo Central na RDC e na Quênia, por exemplo) suscitaram uma repressão desmedida.

⁹ Peter Hallward, “Haitian Inspiration: Notes on the Bicentenary of Haiti’s Independence.” *Radical Philosophy* 123, January 2004, pgs. 2-7.

A mundialização tem como alvo a destruição, o desmoronamento ou o enfraquecimento dos Estados-Nações, lugares potenciais da política revolucionária (a política do “revolucionário de Estado” de Alain Badiou, por exemplo), da política do “bem-estar social” (o “*welfare State*”) e, até, da política de guerra como continuação da política de estado. A guerra enquanto continuidade da política do Estado findou. Sob a bandeira hegemônica do ultraliberalismo, a guerra é concebida como opondo *o bem e o mal*. Faz-se a guerra para erradicar o mal. Eixos do mal – incluindo, entre outros, as organizações e indivíduos terroristas assim como Estados pretensamente bandidos – são apontados, sobretudo pelo dedo hegemônico americano. Tal concepção da guerra recorre ao crime e à lei. Como álibis, figuras consideradas como criminosos são caçadas e localizados:¹⁰ Saddam Hussein, Milosevic, Bin Laden, os *Interahamwe*, são exemplos disso. As antigas cruzadas da Guerra Fria tornaram-se, por vezes, álibis para a Guerra contra o terrorismo, a encarnação do mal.

A guerra contra o mal parece sem fim – mesmo quando o eixo do mal é identificado. O que seria uma vitória nessa guerra não fica claro. O “sucesso” da democracia imposta? A eliminação das figuras tidas como criminosas, como Saddam Hussein no Iraque? A destruição ou o desmoronamento de um Estado-nação e de seu povo, assim como o saque de seus recursos naturais? Ou tratar-se-ia ainda da redução da diversidade cultural do mundo em uma única cultura com pensamento único? Nessa perspectiva, o mundo tornou-se muito dividido e de maneira arbitrária: “a democracia boa ou aceitável” opõe-se à democracia má ou inaceitável – ao exemplo da recente experiência palestina resultando da vitória eleitoral de “terroristas presumidos”. O “muçulmano bom” opõe-se ao “muçulmano mau” (Mahmood Mamdani, 2004), os “Estados bons” aos “Estados bandidos” e, de modo geral, os democratas aos terroristas. Residem aí as contradições que estruturam o mundo de hoje, o mundo da mundialização? Não estaríamos confrontados a um processo global de “nova acumulação primitiva”? A quem pertencerá

¹⁰ Sylvain Lazarus, *Les Trois Régimes du Siècle*. Les Conférences du Rouge-Gorge, novembre 2001.

o mundo inteiro, cada vez mais? O mundo inteiro está em via de expropriação por aqueles que detêm o monopólio de forças [capazes] de obter a separação entre as pessoas do mundo e suas propriedades – começando pela terra. O direito de propriedade adquirido pela força bruta está se substituindo a todos os demais direitos possíveis (costumeiro/coletivo, aquele do primeiro morador, etc.). Isso é favorecido pelo ultraliberalismo e pelas políticas de privatização que ele desencadeia. As potências poluidoras comportam-se como se o planeta Terra fosse sua propriedade. De fato, a insegurança que predomina em nossos países visa à expropriação pelos mais fortes da propriedade dos mais fracos, qualquer que seja essa propriedade, inclusive da vida. Congolese são assassinados todas as noites para extorquir-lhes suas pequenas posses (celular, jóias, pequenas quantias de dinheiro, roupas, prazer sexual, etc.)

O contexto mundial é marcado pelo esquecimento progressivo daquilo que é humano no homem, a subordinação do homem (de seu valor) ao dinheiro, o crescimento escandaloso da pobreza mundial em meio a uma minoria escandalosamente rica, a subordinação da segurança da humanidade ao desenvolvimento vertiginoso de meios de destruição militar da humanidade, cotejando a destruição da natureza sob o pretexto do “desenvolvimento”, “do crescimento econômico ou do progresso”. As aspirações hegemônicas em vista da expropriação do mundo por uma minoria militarmente armada, e muitas vezes agressiva, crescem incessantemente. Tal minoria mostra-se quase que indiferente às vítimas dos genocídios sobre os quais ela tem construído, durante séculos, a sua “civilização”, assim como aos sobreviventes (praticamente miraculosos) das populações ditas indígenas do mundo. O despotismo é levado à altura de um culto de excelência quase criminoso.

As relações humanas são substituídas pelas relações com o dinheiro. Sem dinheiro, é como se estar razoavelmente morto. Uma porção significativa da população, amontoada em campos ou favelas, sobrevive precariamente alimentada com os “biscoitos” supostamente vitaminados dos humanitários. A ascensão do homem confunde-se com ganhos rápidos de dinheiro: tornar-se milionário em um dia, por exemplo! Viver é viver rico em detrimento de todo o resto. Na África, é através da política (ou antes: da política dos políticos dominantes)

que se pretende obter sucesso. A democracia, se não surgir da base para o topo, das vítimas para os algozes, dos pobres para aqueles que os empobrecem, não passa de uma forma de caridade (em vez de uma solidariedade) exercida por aquele ou aquela que possui demais, mais do que ele/ela precisa. É da vergonha, do arrependimento e do medo de revolta do pobre que ela se faz. Não ser da África tornou-se uma marca de superioridade de civilização, em vez de ser uma marca da diminuição espiritual, para fechar os olhos diante da sua responsabilidade. Chegou-se até a se questionar em Paris: “É possível viver na África?”.

POLÍTICA NA AFRICA CONTEMPORÂNEA E POLÍTICA
AFRICANA CONTEMPORÂNEA

A África é um velho continente que se tornou novo. As ciências do homem, até hoje, continuam afirmando que a África é o berço da humanidade e o sítio de anterioridade da civilização (trabalhos do cientista africano Cheikh Anta Diop). No entanto, em seus contatos com os demais continentes, a África permaneceu durante muito tempo como o continente mais transtornado e atormentado. Foi, e em grande parte continua sendo, o campo de caça dos Europeus, asiáticos e americanos. Não existiria Brasil, nem mesmo América e Europa, tais como foram formados, sem a África.

Muitos países do mundo se desenvolveram num relativo isolamento, isto é, fechando-se numa determinada época. Conforme a doutrina de Monroe, “A América para os Americanos”, os Estados Unidos da América tinham reivindicado esse isolamento. Foi nos primórdios, numa situação de relativo isolamento, que a civilização teria surgido justamente na África. No decorrer da história de seus contatos com outros continentes, a África não podia assumir tal posição [de isolamento]. Mesmo quando, nos anos que seguiram a Independência, no contexto da Guerra Fria, quando Henry Kissinger afirmou “A África para os Africanos”, foi para alertar os Comunistas russos cuja chegada na África era temida.

A história africana é fortemente marcada por 4 ou 5 séculos (1500-1908) de tráfico negreiro, de escravidão capitalista atlântica e arabizante, e por mais ou menos um século e meio de colonialismo

e neocolonialismo (da Guerra Fria e da mundialização). Cerca de cem milhões de africanos, ou mais, foram arrancados do continente, para serem deportados no novo mundo ou ainda jogados aos tubarões durante a guerra de resistência contra a escravidão. Durante pelo menos dois séculos, o crescimento demográfico da África ficou estagnando. O Congo permaneceu como âmago de toda essa história de sofrimentos espantosos e intermináveis. Nem por isso os sobreviventes congolezes perderam a compaixão de uns aos outros, nem abriram mão da busca do bem estar e da esperança de um futuro (Robert B. Edgerton, 2002).¹¹ O que chama atenção é que, apesar desses sofrimentos, os Africanos sobreviveram. A história oficial não reconstrói as invenções culturais criativas (*lemba, palabre, maziku, zimbongi, zimvila, cosmogonias, kindoki kiandundila kanda*, etc.) que lhes possibilitaram viver e lutar para sobreviver.¹²

Na África, somos produtos de cruzamentos de histórias: aquelas feitas pelos Africanos na África e alhures, no novo mundo, por exemplo, e aquelas feitas pelos Europeus principalmente a respeito da África e de outros lugares. Profundamente marcados por esses cataclismos sem fim (invasões diversas, conquistas imperialistas, intervencionismos, etc.) os Africanos dividiram-se, opondo-se uns aos outros, num clima de estado de sítio quase permanente. O continente, provavelmente o mais rico potencialmente, encontrou-se muito sub-desenvolvido, no decorrer da história (Walter Rodney, 1970). As populações foram obrigadas a misturar-se culturalmente e racialmente, embora, contraditoriamente, a política imperialista do dividir para reinar não tenha jamais sido desmentida. A África, enfim, tornou-se um continente jovem cuja população é majoritariamente composta de jovens. Isso é um indício das condições de vida que reduzem a esperança de vida do Africano.

O peixe só percebe que vive na água quando está fora da água. A resistência dos escravos africanos trazidos para América,

¹¹ Robert B. Edgerton, *The Troubled Heart of Africa: A History of the Congo*. New York: St. Martin's Press, 2002.

¹² Abordamos essa questão em nossa conferência do Mbongi a Nsi, *Le Mbongi, La Palabre; Hier, Aujourd'hui et Demain: Point de vue sur l'Enracinement et l'Ouverture Culturels*. Kinshasa, 18 octobre 2003; Ne Kiana Mazamba, *Kindoki: Un Mystère africain élucidé*. Dépôt légal no. Q30380-57122.

com seus altos e baixos, iria engendrar, através do movimento panafricanista, o desejo de uma unidade africana que se constitui hoje como a expressão da esperança política de um futuro africano de emancipação. Apesar do peso engendrado pela perenidade dos efeitos da alienação cultural e das interferências externas, o ideal da unidade africana faz caminho: desde as conferências de todos os povos africanos, até a Organização da Unidade Africana (OUA) e a atual União Africana (UA) com um executivo e um parlamento africano. A política africana contemporânea pode cada vez mais ser medida a partir dessa idéia.

O panafricanismo, cujas origens podem ser encontradas no Brasil, nas ilhas caribenhas, até nos Estados Unidos, onde teve uma forma organizada e sistemática, visava a reabilitação integral da raça negra, “a mais humilhada do mundo”, como afirmará Simon Kimbangu em 1921. As revoltas dos escravos (por exemplo, aquelas lideradas por Nganga Zumbu, Macandal-Makandala, etc.), a revolução dos escravos no Haiti, as resistências constantes dos descendentes dos escravos na América, iriam contribuir para a elaboração dessa doutrina. Essa seria o fermento para o movimento de lutas anticoloniais para as independências nacionais na África. É significativo notar, no caso da RD do Congo, que em 1928, uma delegação congoleza encontrou-se com Moses Garvey, um dos grandes líderes do Panafricanismo, na casa dele, na Jamaica. Apesar dos esforços empreendidos, desde os escravistas, no sentido de impedir os vínculos entre africanos, escravos e descendentes de escravos nas Américas, a história vista pelos africanos ressalta esses vínculos, nem que seja a nível espiritual. O fato de ter ancestrais africanos em comum não pode ser apagado geneticamente, historicamente e sobretudo, culturalmente. Os contatos com os africanos oriundos de países recentemente independentes inspiraram ativamente os afro-americanos no seu movimento de lutas em prol dos direitos cívicos.

A Negritude, o movimento de afirmação da auto-estima do negro, do orgulho de ser negro, iria também contribuir ao despertar do negro, e somaria, como na obra de Aimé Césaire, a identidade aos ideais vindo das revoluções burguesas, quais sejam liberdade, igualdade, fraternidade. Foi na base da identidade que o negro foi humilhado e excluído durante tanto tempo da humanidade. A ausência

da liderança africana atual nos funerais do Pai da Negritude constituiu-se como uma marca da sua natureza.

O resultado das lutas anticoloniais para as independências tem confirmado, infelizmente, a profecia enunciada no dia 10 de setembro de 1921 por Kimbangu Simon, o profeta congolês. Cito-o: «O Congo será livre e a África também. Mas as décadas que seguirão à liberação da África serão assombrosas e cruéis. Pois, todos os primeiros *minyadi* (governantes) da África livre trabalharão em benefício dos brancos. Uma grande desordem espiritual e material instalar-se-á. Os *minyadi* da África, aconselhados pelos brancos, envolverão suas populações respectivas em guerras assassinas e matar-se-ão uns a outros. A miséria se instalará. Muitos jovens deixarão a África na esperança de buscar o bem-estar nos países dos Brancos. Falarão todas as línguas dos Brancos. Entre eles, muitos serão seduzidos pela vida material dos Brancos. Assim, tornar-se-ão presas dos Brancos (*nkuta mindele*). Haverá muita mortalidade entre eles e alguns nunca irão rever seus pais.» (Kimbangu Simon, 1921.)

A África dispõe de recursos importantes. Estas são cobiçadas e saqueadas por/para outros, enquanto a população africana na sua grande maioria é deixada numa pobreza indizível. Não só seus filhos transportados a pulso para as Américas construíram a América e a Europa, seus recursos serviram como forças materiais da construção do mundo, sobretudo, ocidental. Em cinco séculos, a Europa, principalmente, tem subdesenvolvido e empobrecido a África. Mesmo quando os filhos e filhas dos europeus vêm hoje debater a “reconciliação entre Europa e África”, não se ouve falar nas reparações indispensáveis. A pretensa ajuda à África continua dominada por uma cooperação que dá 1 franco para colher 5 a 10 francos. Somente em torno de 20 a 30% do valor agregado dos investimentos estrangeiros ficam na África. Os recursos africanos foram implicados no desenrolar dos grandes eventos do mundo sem que os Africanos sejam associados às decisões. Foi preciso o urânio congolês para fabricar as bombas jogadas sobre Nagasaki e Hiroshima, que finalizaram a grande Guerra mundial. O Congo deve indiretamente assumir a responsabilidade desse crime. Os grandes museus do mundo que alegram os turistas em Bruxelas, Paris, Londres e alhures exibem peças saqueadas na África.

Claro, o bruxo de fora come (mata) no clã com a ajuda do bruxo de dentro – ditado Congolês. As independências nacionais foram outorgadas – às vezes precipitadamente – e obtidas dentro de um contexto em que, como disse Simon Kimbangu, o negro ainda não tinha adquirido a «*maturidade espiritual*» sem a qual não se pode ter independência material. O continente continua sendo abalado com a conivência dos dirigentes africanos que favorecem a cobiça externa dos recursos africanos, participam e facilitam o saque vergonhoso desses recursos, organizam a relação predatória da economia dita nacional, possibilitam a economia do crime (lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e de armas, escravidão ou turismo sexual, etc.). Certamente, existem exceções. Nossa análise está centrada no caso da República Democrática do Congo, o coração atribulado da África (Robert B. Edgerton, 2002).

SETE GRANDES QUESTÕES ÀS QUAIS SE ENFRENTA
A POLÍTICA AFRICANA

O espaço e o tempo disponíveis para a preparação desse *paper* não permitem elaborar nem mesmo curtos retratos dos fragmentos nacionais ou territoriais da África composta pelos Estados Africanos.¹³ Não podemos tratar de todos os problemas enfrentados pela política africana de hoje. Escolhemos sete deles que acreditamos estarem entre os mais importantes. A direção tomada pela transformação das relações da terra, muitas vezes em favor dos estrangeiros que beneficiam de contratos de exploração de longa duração, com prazos de até 30 anos – praticamente a esperança de vida do Africano; as relações do espírito e da cultura; as relações do saber; as relações de lazeres, enfim, as relações sociais na África que trazem à mente a questão: a quem pertencerá a África amanhã?

O povo africano cada vez mais composto de refugiados, de deslocados de guerra, de portadores de doenças incuráveis preocupantes, de famintos ocupando um solo excepcionalmente rico, de pessoas fugindo da África de barco para morrer no mar, etc., será

¹³ Martin Meredith, *The State of Africa: A History of Fifty Years of Independence*. London: Free Press, 2005.

capaz de ser o sujeito usual da sua história? Esta pergunta norteou a escolha de certos problemas a tratar: 1) A busca da paz duradoura local, regional, continental e mundial; 2) A construção da democracia participativa opondo-se ou somando-se àquela elitista da única classe dita política; 3) A busca de uma solução apropriada à questão nacional (integração territorial do fragmento nacional, integração regional ou continental); 4) A busca de um desenvolvimento endógeno em prol do povo (competitivo e que domine a configuração da mundialização); 5) O problema da identidade cultural e sobretudo da aquisição da maturidade espiritual; 6) A busca de uma liderança africana provida de uma visão e vontade política capazes de solucionar esses problemas; e 7) A contribuição africana à busca de alternativa ao que parece ser uma crise da civilização capitalista que domina o mundo. Todos esse problemas estão interconectados, constituem aspetos das condições da emancipação africana hoje.

1. A busca da paz duradoura

Porque tantos conflitos na África (na região dos grandes lagos, na África austral, na África Central – Chade, na República Centro-africana, no Congo popular, na África do norte – Sudão, Argélia, Saara, na África ocidental – Libéria, Serra Leoa, Costa de Marfim, etc., na África oriental – Etiópia, Somália, Eritreia, Quênia)? De que maneira as pessoas tentam resolvê-los?

Lançaremos mão do exemplo da República Democrática do Congo, na região dos grandes lagos.¹⁴

Desde que alcançou a independência nacional, a RDC atravessa uma crise sem fim. É preciso remontar até a fase inicial da sua criação através das guerras de conquista coloniais. Sua história foi marcada por um processo de crises. Adam Hochschild, em *King Leopold's Ghost* (1998),¹⁵ [*O fantasma do Rei Leopoldo*] examina aquilo que ele chama de “o holocausto esquecido” durante o período do

¹⁴ Desenvolvi uma posição em: *Crise Prolongée, Guerres et Militarisme dans les Régions d'Afrique Centrale et des Grands Lacs*. Résultat de la Recherche. UDSM, 1998.

¹⁵ Adam Hochschild, *King Leopold's Ghost*. New York: Mariner Books, 1998.

Estado Independente do Congo, na fase inicial desse país. Aqui, os conflitos expressam-se através de guerras opondo os conquistadores coloniais, os escravistas arabizantes e as populações, e fragmentos de Estados em crise resistindo às conquistas. São resolvidos através da criação forçada de um “Estado”, decidida pelo acordo das potências imperialistas na Conferência Internacional sobre o Congo em Berlim (1884-1885). Os escravistas são derrotados e as populações autóctones conquistadas. Segundo a tipologia de Cheikh Anta Diop¹⁶ sobre a formação dos Estado na história, trata-se de um caso de formação de um Estado através das conquistas. Os conquistadores não exterminaram os conquistados porque precisaram deles para saquear os recursos. Contudo, uma vez que a organização do trabalho da economia dita de colheita repousava sobre a força bruta – cortavam-se as cabeças e as mãos dos trabalhadores forçados que não atingiam o montante de borracha ou marfim exigido – resultou-se inevitavelmente na redução de uma população avaliada em 20 milhões (1885) para 8 milhões (1908). Fato esse que engendrou, depois de um grande movimento internacional de protesto mais ou menos liderado por Edmund D. Morel, um Estado Colonial cujo terror repressivo para com os colonizados foi amenizado mediante um paternalismo racista.

Como no caso da abolição da escravatura - quando os escravistas foram compensados pelas perdas em escravos, mas não se concebeu nenhuma compensação ou indenização para os escravos, nenhuma reparação foi concedida às vítimas do holocausto Leopoldiano, ao contrário, foi a Bélgica, por sua vez, que recebeu a colônia como compensação.

Embora os colonialistas tenham optado por uma política de civilização que não formasse elites, “sem elites não há perturbações”, a colonização foi marcada por muitas perturbações e conflitos: motins no seio das Força Públicas organizadas como um exército de ocupação para manter os colonizados sob vigilância; greves violentamente reprimidas; e, sobretudo, desde 1921, um movimento profético exigindo a liberação política e espiritual dos Congolese.

O movimento profético era dirigido por Kimbangu Simon e outros profetas entre os quais Ntwalani Thomas, Filipino Mbumba,

¹⁶ Cheikh Anta Diop, *Civilisation ou Barbarie*. Paris: Présence Africaine, 1981.

Matai Muanda. Em seis meses (abril a setembro de 1921), os fundamentos político-ideológicos da colônia ficaram abalados – pelo menos na parte ocidental da colônia. Os trabalhadores tinham abandonado as empresas, os hospitais tinham se esvaziado de seus pacientes, as Igrejas coloniais tinham perdido fiéis. Um estado de exceção foi proclamado, organizou-se uma repressão através de detenções em massa. Pelo menos 38 000 pessoas, entre os profetas e seus discípulos, foram deportados para outras partes da colônia. Os líderes foram julgados por um conselho de guerra. Kimbangu Simon seria condenado à morte, mas depois à prisão perpétua. Morreria na prisão, após 30 anos de servidão penal, acusado de xenofobia por ter anunciado a retirada dos brancos. Ele é o prisioneiro político africano que permaneceu encarcerado por mais tempo. Muitos desses «*ntumwa*» morriam na prisão e aqueles que fugiam eram perseguidos na selva. Nos arredores da aldeia de Kindiati (Kongo Central), 1062 pessoas que estavam escondidas num túnel morreram em consequência de um desmoronamento.

A independência nacional foi outorgada precipitadamente. Era preciso surpreender ou antecipar as ações dos colonizados que se organizavam para arrancar a independência. Estes não tiveram tempo para desenvolver um mínimo necessário de capacidades (sobretudo políticas e espirituais) para responder às exigências da independência nacional, principalmente na época da Guerra fria. Apenas quatro dias após a proclamação da independência, no dia 30 de junho de 1960, deslanchou-se uma crise: houve um motim na Força Pública e greves operárias importantes. Esses eventos iniciaram uma história pós-colonial marcada por conflitos recorrentes.

Foi um deslize geral: os novos dirigentes estavam em pânico e navegavam completamente desorientados; os colonialistas belgas egressos ameaçados pelos motins, interviram militarmente, e o Ocidente, suspeitando que os comunistas russos poderiam tirar proveito da crise para insinuar-se no centro da África, procurou controlar a situação, notadamente através da ONU convidada precipitadamente pelo governo Lumumba, perseguindo os simpatizantes comunistas potenciais no intuito de afastá-los do poder. O Primeiro Ministro Patrice E. Lumumba assim como outros nacionalistas tornaram-se os alvos. A decisão de eliminar Lumumba, por exemplo,

foi tomada nas altas esferas dos estados americano e belga.¹⁷ As secessões (do sul do Kasai e do Katanga) foram provocadas e discretamente apoiadas por algumas potências ocidentais no objetivo de atingir o governo de Lumumba. Os funcionários belgas, ainda em função na administração pública, partiram assim como os oficiais belgas da Força Pública que se tornou Exército Nacional do Congo.

Lumumba, o chefe do governo, não percebeu claramente a gravidade da situação mundial. Para opor-se à Bélgica, membro mais influente que o Congo no seio da ONU, apostou por confiar na ONU. Convidar a ONU para intervir no Congo assemelha-se a convidar outros inimigos para lutar contra um inimigo. Quando se persegue uma cobra, é preciso cuidar para não fazer desmoronar todo o edifício; a cobra que tiver melhores esconderijos poderia ressurgir de vez em quando. Além disso, Lumumba mostrou-se muito intransigente – conforme a posição nacionalista, e lançou mão de uma tática errada: ameaçou recorrer à União Soviética, caso o Ocidente se recusasse a ajudá-lo. Muito rapidamente, ele passou a ser percebido pelos dirigentes ocidentais como pro-comunista (o Diretor da CIA, por exemplo, pensava que Lumumba era igual ou pior do que Fidel Castro). Os ocidentais pretendiam preservar a qualquer custo seus interesses e privilégios no Congo, e estavam dispostos a afastar quem os ameaçasse.¹⁸

Assim, o conflito passou rapidamente a opor as forças pro-ocidentais (fortemente amparadas pelo Ocidente) àquelas que se diziam nacionalistas, suspeitadas pelo Ocidente de cultivar simpatias comunistas, cujos raros apoios proviam dos países que se pretendiam não alinhados. Esta oposição levou à balcanização do país em quatro centros políticos: Léopoldville, Elisabethville, Stanleyville e Bakwanga.

Como resolver o conflito e trazer de volta a paz? O assassinato de Lumumba e de outros nacionalistas só fez agravar a tensão. O

¹⁷ Martin Meredith, *op. cit.* pgs. 108-109. Ver também: Madeleine Kalb G., *The Congo Cables*. New York: MacMillan Publishing Co., Inc., 1982.

¹⁸ Claire Timberlake, embaixador americano em Kinshasa em 1960, dizia: “Não acredito que haja um único Congolês que tenha mais do que uma idéia sobre os princípios os mais elementares da democracia. Certamente, não podem praticar algo que não compreendem.” » Madeleine Kalb G., *op. cit.*

conflito tornou-se internacional, tal como era no passado. O Ocidente pensava que seus interesses só podiam ser preservados no Congo se o Congo independente permanecesse nas mãos de seus aliados (fantoques) das forças congoleesas pro-ocidentais; não se preocupava da legalidade nem dos interesses da maioria dos congoleeses – e se tiverem na contramão destes, *that is too bad!* Para o Ocidente, resolver o conflito significava restabelecer o controle sobre o Congo, privar os nacionalistas lumumbistas do poder. É por isso que os nacionalistas iriam pensar em relançar a luta pela *Segunda Independência*. A posição do Ocidente era percebida como vontade de recolonização do país: “antes da Independência = depois da Independência.”¹⁹

No objetivo de convencer os congoleeses a aderirem às suas posições, os ocidentais lançaram mão dos seguintes métodos: da compra das consciências através de ameaças e da distribuição de dinheiro através de um comitê no esforço para a eliminação de Lumumba, por exemplo – aí reside uma das raízes da corrupção generalizada no Congo – do envio das pretensas elites congoleesas para viagens no Ocidente; do apoio financeiro e militar às forças do Estado a eles favoráveis; da intelectualidade política através de consultorias (os agentes da inteligência ocidentais, como L. Devlin,²⁰ tornaram-se intelectuais orgânicos das forças pro-ocidentais); da utilização de mercenários (como Bob Denard e Mike Hoare) sem preocupação alguma com a vida dos Congoleeses; do controle da ONU, a intervenção da Onu ao convite do governo Lumumba. Relata-se que Mike Hoare teria declarado: “Matar comunistas é como matar vermes. Matar nacionalistas africanos é como matar animais. Não gosto nem de um nem de outro. Meus homens e eu mesmo matamos entre 5.000 e 10.000 rebeldes congoleeses. Mas isso não basta. Há 14 milhões de congoleeses, vocês sabem, e suponho que em torno da metade deles são rebeldes.”²¹

¹⁹ O Último Comandante belga das Forças Públicas, o General Janssens tinha escrito essa equação no quadro negro, numa conversa moral para os soldados congoleeses. Isso foi a base do motim do 4 de julho de 1960.

²⁰ Larry Devlin, *Chief of Station, Congo*. New York: Public Affairs, 2007.

²¹ Cité par Ludo Martens. “*Démocratie, droits de l’homme et développement au Congo-Kinshasa (Zaire)*. Uma intervenção no Colóquio Internacional sobre o tema: “*Démocratie et développement en Afrique*. » Paris, 27-28 octobre, 1990, pg. 5.

Nessas condições, a resolução do conflito só poderia se arrastar e foi, de fato, unilateral. Repousava em *might is right* – a razão do mais forte sempre é a melhor. Desta sorte, a resolução nunca resultou numa *reconciliação nacional com verdade nem com uma partilha do poder equilibrada*. O conflito ficou, portanto, sem resolução; foi adiado ou se tornou subterrâneo. A radicalização das exigências (ocidentais) encarnada pelas forças congoleesas pro-ocidentais levaria ao golpe de Estado (1960, 1965), como outro método pro-ocidental de resolução do conflito. Essas forças aprenderam assim a seguinte lição: “Se vocês querem chegar ao poder no Congo, devem se fazer amar em Washington, Bruxelas, Paris e Londres”. Na ausência de uma verdadeira reconciliação entre forças pro-ocidentais e forças ditas nacionalistas, a crise que fomentou os conflitos não pôde ser resolvida.

O interesse nacional congolês não foi nem articulado nem levado em conta. Esse tipo de resolução não traz paz duradoura. Ao apoiar um grupo dos congoleeses contra outro grupo, apenas se acentua a divisão da sociedade. Isso leva a transformar as diferenças em discriminações e, logo, estas em conflitos. A elite, necessariamente dividida, não tem tempo de pensar a respeito do que deveria ser *a articulação favorável ao país e a sua maioria popular, o interesse (ou os interesses) das potências ocidentais diante do interesse nacional congolês, em cada conjuntura*.

Quais eram os interesses ocidentais nessa conjuntura? Podemos levantar as seguintes hipóteses: o interesse geo-estratégico de manter o controle sobre a África, mantê-la no colo do Ocidente, isto é no campo ocidental da Guerra fria; perpetuar o acesso na África aos recursos que o Ocidente necessita; impedir que a África se organize e se desenvolva a ponto de ameaçar os interesses ocidentais, tais como são percebidos por ele; proteger os investimentos ocidentais na África, contra a intrusão comunista se for necessário; continuar beneficiando-se das altas taxas de lucro na África mantendo os produtores africanos em condições miseráveis; não deixar que surja, na África, um Estado capaz de ameaçar o equilíbrio mundial. Além de considerar os interesses africanos em último lugar, o Ocidente apenas os leva em conta na medida em que sustentam e favorecem os interesses ocidentais.

Lumumba e seus colegas nacionalistas enfocavam em primeiro lugar a dignidade humana do africano, isto é, pretendiam construir no africano um sentimento de auto-estima praticamente desaparecido por causa da humilhação sofrida pelo negro em geral. (No seu discurso do 30 de junho de 1960, Lumumba afirmou: “Não somos mais macacos”). Esse desejo de desalienação foi compreendido pelo ocidente como “ódio” do branco. O rei Baudouin escreveu: « *One cannot allow the achievements of the past eighty years be destroyed by the hate-filled policies of one man.*”²² O congolês devia permanecer com sua dignidade pisada. A comunicação tornou-se impossível. O nacionalista exigia provas do porquê confiar em quem só fez, até então, oprimi-lo e desprezá-lo. O Ocidente queria que a Independência fosse a continuidade do sistema de seus privilégios e interesses. Até depois de tornar-se politicamente independente, o Congo devia continuar no seu lugar – *de Condenado da Terra*, como diria Frantz Fanon.

Para o nacionalismo lumumbista, a desalienação cultural e política antecede qualquer outra meta. Caberia aos militantes congolezes desalienados fazerem a história da Independência. Infelizmente, o colonizador venceu pela velocidade o colonizado. Lumumba calçou sapatos grandes demais. Não havia mais tempo para definir o projeto de construção de um Estado digno, respeitoso dos direitos de cada um dos congolezes. O controle do Estado – ainda colonial – escapou e escorregou das mãos dos nacionalistas. Bateram em retirada de forma dispersa: “Quando se cai num buraco, não se atenta à cor da mão estendida para lhe socorrer”, disse Lumumba.

O Congo irá viver 11 fases de guerra. A Guerra fria, cujo fim é marcado pelo desmoronamento da União Soviética, não é finalizada através de um verdadeiro acordo de paz. O militarismo do vitorioso finda ainda mais aguçado. É esse sentimento de vitória que lhe permite pensar que ele está do lado do bem na guerra contra o mal. No plano nacional, nem mesmo se pensou em fazer um balanço do impacto desta guerra sobre o país. Uma comunidade dividida não pode fazer um balanço realista. As *conferências nacionais pretensamente soberanas* ocorridas em diversos locais da

²² Martin Meredith, *op. cit.* pg. 109.

África parecem ter acontecido sob a proteção, se não a incitação, do triunfalismo capitalista e da “nova ordem mundial” proclamada por Bush, o pai. Era hora de democratização do mundo e, portanto, da África. Pensa-se que a melhor maneira de resolver os conflitos é mediante a democratização.

O que deveria ter sido o interesse nacional congolês?

Colocamos as seguintes hipóteses: os dirigentes deveriam saber que havia uma conjuntura mundial bipolarizada e evitar então de se transformar num capim, em meio de dois elefantes que brigam ou fazem amor; saber que tendo a independência acontecido precipitadamente – no intuito de resguardar os interesses dos colonialistas, as capacidades das lideranças nacionais seriam insuficientes. Assim, a liderança deveria procurar remediar essa questão o mais rapidamente possível, evitando fazer do país um campo de batalha das potências antagônicas; elaborar um plano de longo prazo (com etapas específicas) que permitisse dominar o esforço para a Independência. Era preciso então se abster de provocações inúteis e improdutivas e solicitar os apoios necessários à realização desse plano; saber identificar suas próprias forças nacionais e apoiar-se nestas prioritariamente, limitando as ajudas externas (sempre vinculadas e nunca benévolas) à dimensão de forças complementares; evitar os intervencionismos externos que causam uma dependência excessiva, uma profunda divisão no seio da população, o destaque de uma liderança nacional que não necessariamente seja a melhor opção para o país, a agravação dos problemas em vez de sua resolução, a imposição de uma rotina quase colonial, inclusive uma reprodução simples ou ampliada das modalidades de funcionamento do Estado colonial. Em suma, o país ganha ao desenvolver uma visão que possa orientar o processo de transformação de um território colonizado e descolonizado precipitadamente em uma Nação aut centrada atendendo aos interesses e aspirações da maioria da população. Um discurso – nem que seja guiado por intenções emancipatórias – pronunciado diante dos adversários potenciais, não pode ser a melhor maneira de formular uma visão útil, em sinergia com seus cidadãos.

A liderança precisa confiar em sua própria gente: isso é uma das maneiras de minimizar a divisão no seio da própria liderança.

A união foi a última das qualidades do governo Lumumba. É do interesse do país desenvolver, o mais rapidamente possível, a consciência pública exigida pela posição geopolítica do país, assim como por sua posição geoestratégica no equilíbrio das potências mundiais. É do interesse nacional dominar a dimensão internacional do país (que tem nove países vizinhos e é situado no centro do continente, além de dispor de enormes recursos naturais extremamente cobiçados) – não existem barreiras estanques entre o interior e o exterior. É preciso então que o interesse nacional, em cada conjuntura, seja compreendido, de um lado, nas suas articulações com os interesses das potências mundiais, e, por outro, com aquelas dos países vizinhos. Com estes últimos, através de alianças de interesses, pode-se fazer uma frente comum nas negociações com as potências. Para vencer o *espírito colonial* que ainda habita as instituições e as pessoas – os ex-colonizados – é preciso desenvolver, nas pessoas, uma *independência do espírito*.

Na ausência de intelectualidade política do chefe da liderança nacional, como resumido acima, os conflitos são rapidamente levados para “mediação internacional”, sob o pretexto da falta de meios materiais para resolvê-los. O recurso à ONU, ou a este tipo de mediação, denota uma carência real da liderança nacional, não sendo necessariamente uma marca de maturidade dessa liderança. Revela a profundidade da crise e a fraqueza de uma liderança, por outro lado capaz de evitar as solicitações externas advindas da cobiça [despertada] pelos imensos recursos do país. A paz não deve ser feita; deve ser vivida.

O recurso à metodologia onusiana para resolução dos conflitos esbarrou em limites. Esta evita organizar uma *Palabre* [um debate] propriamente dita a respeito das causas profundas da crise no intuito de poupar os grandes desse mundo que se beneficiam dela e dos conflitos. Focaliza-se de imediato na questão da partilha “exclusiva” do poder como causa do conflito. Os conflitos são reduzidos àqueles entre pretendentes ao poder – a exclusão de um entre certos pretendentes constitui-se como causa do conflito. Os imperativos da partilha do poder decidem tudo. A mediação torna-se portanto indispensável, e lança-se mão do argumento da falta de tempo e dos limites dos recursos para evitar um verdadeiro debate participativo

entre adversários, por um lado, e vítimas dos conflitos, por outro. A natureza das contradições responsáveis pelos conflitos não é explicitada. O papel do facilitador, longe de ser identificado com aquele de Nzonzi (facilitador intelectual da *Palabre*), por exemplo, confunde-se com aquele de moderador das reuniões.

É por esses motivos, brevemente analisados a partir do caso da RDC, que a busca da paz duradoura torna-se difícil. O próprio modo de pensar e de existir não indica que os dirigentes africanos, ou os aspirantes, queiram viver a paz. A resolução dos conflitos passou a ser um outro meio de preparar conflitos futuros. Na medida em que os responsáveis dos conflitos são também aqueles que pretendem estar no centro das atividades pretensamente de prevenção dos conflitos, esta acaba sempre fracassando. Para viver a paz, é preciso uma vontade real. Para uma paz duradoura também não há vontade política.

Em resumo, a questão da paz diz respeito a contextos diferentes e situações específicas. Trata-se dos contextos mundial, regional, sub-regional e nacional. Para tais situações, essa questão se coloca: na ausência da guerra, na presença da guerra e após o fim da guerra.

O contexto mundial está marcado pela ameaça à paz mundial duradoura: as forças mundiais que buscam modalidades políticas em prol da paz duradoura estão confrontadas às atividades irresponsáveis das empresas transnacionais (cujo único objetivo é ganhar dinheiro por qualquer meio possível), ao hegemonismo americano pós-guerra fria (resultando numa retomada do armamento das potências mundiais), ao sistema mundial da economia do crime (incluindo o tráfico de armas, de drogas, a lavagem de dinheiro, a internacionalização do *Apartheid*), à crise mundial da política de emancipação (com a prevalência do pensamento único de um materialismo democrático que por vezes lança mão da força), à acumulação mundial da pobreza e a concentração da riqueza mundial num número cada vez mais reduzido de mãos, a um humanitarismo feito de caridade (em vez de uma solidariedade que insiste na resolução dos conflitos), à crise da civilização capitalista, à utilização das instituições mundiais do século passado para resolver problemas de nosso século, e à escassez de uma liderança com visão mundial.

O contexto regional africano é caracterizado pela ausência de um desenvolvimento sustentável capaz de fomentar relações sociais que reforcem o modo de pensar e do viver pacífico. Toda política regional de paz fica confrontada, além da ausência de vontade política, a uma incapacidade material que leva a recorrer ao intervencionismo exterior. “Para o continente africano”, escreveu Makhtar Diouf, “a mundialização atual se parece em tudo com um cenário de recolonização clandestina e coletiva, mas, desta vez, sem conquista territorial”; isso no intuito de garantir sua integração mais completa na economia mundial!²³ Paradoxalmente, a África parece condenada à maldição e ao subdesenvolvimento por causa de seus imensos recursos potenciais. Os conflitos violentos concentram-se onde são explorados os recursos naturais cobiçados por todos, na ausência de um verdadeiro Estado.

O contexto regional dos grandes lagos e da África central parece ser vítima da seguinte realidade: sem partilha justa dos recursos naturais, carecendo de um verdadeiro projeto de construção do Estado, não há paz duradoura. Todos os tipos de violação da dignidade humana foram vivenciados aqui: tráfico negroiro; genocídios; massacres diversos, “o holocausto esquecido”; antropofagia, com dois chefes de Estado (Idi Amin Dada e Bokassa) acusados de ter praticado o canibalismo; a caça ao homem para fetiches; ‘repressão como política’; assassinatos políticos dos dirigentes e/ou adversários políticos; guerras recorrentes; intervencionismos exteriores recorrentes; o congolês Ota Benga, assimilado a um primata, exibido no Jardim Zoológico de Bronx em Nova York; colonialismo; independência com crises permanentes, guerras cíveis; estupro sistemáticos das mulheres – e até de meninas de dois a treze anos de idade; vínculo indissolúvel entre o militarismo e os recursos naturais resultando da cobiça mundial para com a imensidade dos recursos, particularmente os da RDC.

Em países como a Ruanda e o Burundi, cujo processo de geração de superávit, comparado ao crescimento demográfico desenfreado, é incapaz de satisfazer, através da justiça social, às crescentes necessidades fundamentais da maioria das suas populações

²³ Makhtar Diouf, *L’Afrique dans la mondialisation*. Paris: L’Harmattan, 2002.

respectivas, os conflitos têm muitas vezes se transformado em verdadeiros genocídios. Durante a colônia, o superávit da população era dirigido ao Congo Belga, todas as vezes que surgiam casos de fome endêmica. Aliás, foi nesses países que as etnias foram criadas, se assim podemos dizer, artificialmente. As populações partilham as mesmas culturas, crenças religiosas e língua, mas as comunidades que se opõem, pelo funcionamento do Estado colonial, são assimiladas a etnias.

O grande desafio nessa região resume-se às questões seguintes: como encontrar uma política de paz, isto é, como transformar a dinâmica que alimenta o militarismo enquanto política? Como transformar esta zona de conflitos recorrentes numa zona de paz? Como dividir os imensos recursos sem recorrer ao militarismo? De onde pode surgir o interesse geral em relação à apropriação dos recursos? Como transformar a relação poder/etnia/bandos militaristas/Estado? Como transformar os Estados de bandos em Estados para todos? Como prescrever ao Estado uma multiplicidade de horizonte para corrigir seu caráter discriminatório? As guerras que se repetiram não foram pela paz, nem mesmo perseguiram objetivos políticos. Foram guerras a serviço do saque dos recursos acessíveis. As guerras em prol da “segurança” não representariam casos de guerra em prol da potência pura? A RDC tem fracassado, até hoje, em desempenhar seu papel de potência pacificadora da sub-região através de uma divisão justa dos recursos e de uma cooperação sub-regional mutuamente benéfica.

O contexto nacional da RDC brevemente exposto aqui é um contexto de crises infundáveis.

A paz também diz respeito a situações específicas: na ausência da guerra, em presença da guerra ou da ameaça da guerra e em situação pós-guerra. No ponto de partida, a ausência da guerra, a questão da paz concerne às condições da paz civil. Deve-se evitar as condições de conflito que possam ameaçar a paz e levar à guerra. Os Estados Coloniais funcionavam sustentando-se em modalidades discriminatórias. Os Estados pós-coloniais não romperam com esse funcionamento; continuam organizados na base da discriminação étnica, regionalista, religiosa, da clientela, lingüística, racial e sexual.

Isso explica porque as condições que ameaçam a paz se encontram muitas vezes reproduzidas. Os Estados africanos, na sua maioria, não tiveram paz civil desde suas independências.

Na ausência das condições para uma paz civil, a possibilidade de conflitos é importante. A discriminação implica na exclusão, na repressão dos excluídos que resistem, e na recusa do Estado em comportar todos e cada um de forma idêntica, sem exceção. Neste caso, não há política de princípios; uma política que defende uns, ignorando, excluindo ou reprimindo outros, não pode ser uma política de princípios.

Em situação de guerra, vimos de que maneira o processo de paz foi muitas vezes apropriado e dominado por forças externas. Nenhuma guerra na RDC resultou em reconciliação nacional com verdade. Por esse motivo, após os conflitos, o Estado continuou funcionando de modo discriminatório. As condições da guerra, até depois do fim oficial da guerra, seguem prevalecendo na RDC.

2. A busca da democracia participativa

Estamos na época da mundialização imperialista dominada pelo hegemonismo americano. A missão de democratização, nem que seja através da força, é um objetivo assumido deste hegemonismo. Cabe se perguntar se existe um projeto, propriamente africano, de construção da democracia. Desde o final da dita Guerra fria, que trouxe de volta o multipartidarismo na África, tem-se a impressão de que é através das relações políticas dominantes em cada país, essencialmente extrovertidas, que são formulados e executados “projetos” de construção da democracia.

Está claro que as “elites” africanas, principalmente as políticas, estão mais próximas cultural, política e socialmente das forças externas do que das massas populares que pretendem dirigir. Em praticamente toda parte em que as massas populares conseguiram se organizar mais ou menos independentemente dessas elites, as experiências democráticas resultaram em conflitos. O caso da Quênia, por exemplo, ilustra bem essa situação.

Não é surpreendente que na RDC as eleições locais, municipais e urbanas, que deveriam anteceder às legislativas e às presidenciais,

ainda não tiveram lugar. Não se pode falar num verdadeiro projeto congolês de construção da democracia participativa. Não houve nenhum debate sério sobre a questão. Contudo, impõe-se a convicção de que os conflitos, as crises e até mesmo o sub-desenvolvimento serão vencidos pela democracia. E percebe-se cada vez mais que o multipartidarismo que caracteriza o núcleo da forma dominante da democracia, não só reflete o fracionismo político como parece também agravar a divisão.

As primeiras experiências de eleições democráticas na RDC (1960, 1964-65) foram interrompidas por golpes de Estado provocados, entre outros motivos, pela internalização dos conflitos das potências opostas à Guerra fria. A primeira experiência de multipartidarismo (1990-1996), após o fim dessa guerra, foi interrompida por rebeliões fomentadas pelo funcionamento ditatorial do Estado de Mobutu e, sobretudo, pela sua utilização da política chamada de “geopolítica” que tendia a reforçar o aspecto discriminatório do Estado pós-colonial, chegando até a revogação do direito de nacionalidade para certos grupos, e à deportação forçada de “não-nativos” de algumas províncias.

A queda do regime ditatorial de Mobutu, no dia 17 de maio de 1997, conseqüência de uma grande convergência de forças e atores reivindicando a sua saída (o povo, mantido durante muito tempo sob uma política de repressão; os Estados Unidos preocupados em proteger seus interesses comprometidos pela política ultrapassada de seu ex-cliente; os países da região dos grandes lagos, vítimas das provocações contra seus Estados – pelo apoio a suas oposições, na Angola, por exemplo ou aos genocidários na Ruanda – e das violações contra as pessoas; os rebeldes congolese, etc.), não resultou numa reconciliação nacional com verdade nem num equilíbrio satisfatório de diferentes agendas a respeito do pós-Mobutu. Portanto, não trouxe uma paz civil. A guerra tinha recomeçado e se concluiu por dois Acordos (o de Lusaka, assinado no dia 10 de julho de 1999, de caráter regional, e o de Sun City, concluído e assinado no dia 3 de abril de 2003, focalizado no conflito congolês). A despeito da vontade política dos dirigentes africanos, expressa por Mwalimu Julius Nyerere, em resolver a crise congolese independentemente da comunidade internacional, a qual tinha sido responsável pela chegada

de Mobutu ao poder como solução à primeira crise da independência congoleza, esta comunidade assumiu eventualmente o controle desse processo, orientando assim a implementação dos Acordos.

O *Diálogo Inter-congolês* nunca se aproximou de um verdadeiro diálogo entre Congolezes. Aliás, este deveria acontecer no próprio país no intuito de envolver todas as camadas da população congoleza. Por esse motivo, mais uma vez, o sucesso da aplicação desses acordos encontrava-se sob a garantia da comunidade internacional. O período de transição (2003-2006) que devia elaborar fundamentos para as eleições democráticas ficava sob o domínio dessa comunidade que praticamente se beneficiava de um direito de veto para decidir qualquer conflito entre grupos congolezes. A verdade é que, sem a pressão exercida por essa comunidade, nenhum objetivo da transição teria probabilidade de realização. Ela [a transição] devia destacar a necessidade de inclusão na partilha do poder, o imperativo de não-conflitualidade na transição, a necessidade imperiosa de uma reconciliação nacional com verdade assim como de integração dos exércitos (ou milícias) dentro de um exército estruturado republicano no intuito de realizar eleições democráticas que possam resolver a crise de legitimidade política. Dito de outra forma, a transição devia implementar condições necessárias à democracia.

Durante todo decorrer da transição, perduraram os sentimentos relativos à exclusão (ou à inclusão insuficiente) na partilha do poder. A conflitualidade prevaleceu até no topo do Estado; aconteceram dois grandes confrontos armados, opondo os dirigentes (o Presidente J. Kabila e seu vice J.P Bemba) cuja gestão insatisfatória continuou tendo influência até depois das eleições. Falou-se então de “democracia na ponta da espingarda.”²⁴ Os maiores responsáveis não quiseram reconciliar-se e a reconciliação nacional com verdade não ocorreu. O sucesso de tal reconciliação certamente iria privar a comunidade internacional da sua posição de controle. Todas essas insuficiências retardaram, quando não bloquearam, a implementação de um verdadeiro exército integrado, estruturado, republicano e

²⁴ Pamphile Mabiala Mantuba-Ngoma, Theodor Hanf et Beatrice Schlee, *La République Démocratique du Congo: Une Démocratisation au Bout du Fusil*. Kinshasa: Une publication de la Fondation Konrad Adenauer, 2006.

nacional. O caráter discriminatório do Estado, ainda fragmentado, não desapareceu. É nessa base de insuficiências que aconteceram as eleições democráticas e que foram cunhadas as instituições de formalismo democrático.

O processo de alcance da democracia era mais extrovertido do que introvertido ou endógeno. As divisões na sociedade, geradas pela longa ditadura de Mobutu, e as rebeliões, não foram tratadas corretamente por falta da realização da reconciliação nacional com verdade. As condições de insegurança prevaleceram na ausência de uma integração e reestruturação dos exércitos e das milícias. Ainda hoje, a tensão entre as milícias de ex-rebeliões e as ex-FAZ (soldados do antigo exército de Mobutu) persiste; parte desses últimos permanece exilada no exterior.

O processo de elaboração da nova Constituição foi fundamentalmente afastado da implicação ativa do *demos* congolês, nem mesmo a educação para cidadania recebeu a atenção necessária. Como as eleições foram financiadas essencialmente pela União Européia, sob a base de suas condições, a soberania do processo estava fora de questão. Tudo apareceu sob a forma de uma importação em vez de uma iniciativa do povo congolês. As consultas à população pelo Senado da transição foram feitas às pressas e de modo essencialmente artificial. O povo devia apenas escolher entre os conceitos (federalismo *VS.* unitarismo, por exemplo), sem haver alguma compreensão útil dos mesmos. O próprio sentido do *Referendum* escapava ao entendimento de muitos eleitores. Uma eleitora, por exemplo, que pensava que o *Referendum* era uma pessoa, pediu para ver a sua foto antes de votar. Com o crescimento do analfabetismo, muitos eleitores precisaram ser assistidos para exercer seu direito democrático, muitas vezes por eleitores interessados. Até os elementos necessários ao voto não estavam sempre ao alcance do conjunto dos eleitores. Assim, dois dias antes do Referendum, foram impressas 500.000 cópias da Constituição para 25 milhões de eleitores. Essas cópias não eram todas idênticas: foram identificadas 4 variantes do texto da Constituição.

Os peritos, estrangeiros na sua maioria, eram mais influentes no processo de elaboração da Constituição. O debate educativo necessário nesse processo não envolveu as grandes massas da

população. Uma porcentagem insuficiente podia acompanhar os debates parlamentares sobre a questão. Portanto, as questões constitucionais fundamentais interpelando os eleitores na sua escolha não foram objeto de discussões populares. O tempo era escasso demais. A comunidade internacional pressionava para apressar o processo antes que um possível debate social pudesse gerar algum evento indesejado. Em consequência da nossa história de estado de sítio internacional e de direção *compradore* [alinhada ou dependente das forças externas], que tipo de relações nosso país devia manter com o resto do mundo? Com a negligência e a marginalização sofridas pelas massas congolesas desde a independência, como deve ser organizado o poder político para que possa atender às necessidades fundamentais e as aspirações dessas massas? Como conseguir capacitar as massas populares para o controle do poder? Quais são as experiências de constitucionalismo no mundo que podem ajudar nosso povo? Todas essas questões não foram discutidas em debates populares.

Pela ausência de consciência política a respeito do alcance dos direitos democráticos, as leis regularizando o processo eleitoral foram muitas vezes feitas sob medida. Uma vez que aqueles detentores dos cargos de poder eram desprovidos de certas qualidades requeridas dos candidatos aos cargos de direção – nível de educação, idade, honorabilidade, integridade, etc. – as leis acomodavam-se às qualidades desses ocupantes. Não houve nenhum debate social sobre visão do futuro que poderia impressionar as pessoas. Mesmo quando a lei eleitoral exigia debates entre os candidatos durante as campanhas, esses não aconteceram. Nem o caráter desastroso da nossa sociedade, nem os meios de tirar o país dessa situação catastrófica, foram comentados ou debatidos pelos dirigentes. Os anti-valores depreciados desde a época de Mobutu foram reproduzidos sem mesmo orientar os critérios de escolha dos dirigentes. As campanhas eleitorais eram permeadas por esses anti-valores: compra de consciência através da distribuição de dinheiro ou de bens materiais. Os ricos, cuja maioria enriqueceu desonestamente, ou em detrimento do Estado, ou da população, mediante o saque dos recursos, foram privilegiados nesse processo eleitoral. Pode-se afirmar que os eleitos alcançaram seus cargos através de compra, em

vez de obtê-los por merecimento ou qualidades políticas que fossem debatidas. As eleições eram uma ocasião para os ricos de lançar mão e exibir sua riqueza.

Numa situação de crise econômica caracterizada pela incapacidade de tratar adequadamente a diferença entre cidades e campo, a maioria dos moradores das áreas rurais encontrou-se desfavorecida nas eleições. Com efeito, enquanto 85% do orçamento nacional permanecem em Kinshasa, apenas 15% vão para o resto do país; enquanto os campos fornecem 40% do produto nacional bruto, só recebem de volta 4 a 5 %. Eleições ocorrendo nesse contexto não podem inverter as modalidades de funcionamento do Estado para permitir que a maioria da população morando no campo pese politicamente no Estado. A democracia tende a ser uma confirmação das relações políticas existentes em vez de sua transformação. Notou-se que, na África, raros são os casos de eleições democráticas que tenham trazido novas alternativas políticas no poder em vez de confirmar a ocupação do poder. Até mesmo a alternância é rara.

Devido à maneira em que foi organizada e administrada a transição, não era possível a organização da população numa Coalizão Nacional Popular e Democrática (CNPD) capaz de propor um debate a respeito das questões pertinentes orientando a escolha dos eleitores. A UDPS (União para a Democracia e o Progresso Social), de Etienne Tshisekedi, marcada pela política de oposição – que se resume na idéia: o que fazem as pessoas no poder é ruim; é preciso esperar que estejamos no poder para as coisas melhorarem – não tomou a iniciativa de organizar tal coalizão. De fato insistiu na necessidade de consulta nas altas esferas do Estado para se alcançar um acordo a respeito da melhor forma de organizar as eleições para satisfazer a todos. Vale ressaltar que a experiência haitiana de eleições teleguiadas do exterior mostra que estas repousam na prevenção de iniciativas de organizações populares visando a influenciar as eleições. A democracia visaria o controle e a prevenção pelo topo do Estado de possíveis movimentos de auto-organização das massas populares.²⁵

²⁵ Slavoj Zizek, “Democracy versus the people.” Voir aussi: Peter Hallward, *Damning the Flood: Haiti, Aristide, and the Politics of Containment*. London: Verso, 2007.

Dissemos que as eleições na RDC foram organizadas com base em financiamento externo. O que foi gasto deixou a impressão para as pessoas de que a RDC não podia organizar suas eleições soberanamente. Se um país não é capaz de organizar materialmente suas eleições, pode-se dizer que não é capaz de alcançar a democracia. As forças externas que financiam as eleições não estão dando um presente para o país. Elas ocupam uma posição favorável no controle do processo: o andamento, a extensão, a ordem das prioridades, e até mesmo a determinação das preferências quanto aos candidatos; o que faz da soberania nacional quanto à escolha dos dirigentes uma farsa. Foi uma encenação burlesca afirmar que a comunidade internacional tinha preferência por Joseph Kabila entre os demais candidatos. Depois do primeiro confronto entre J Kabila e J.P. Bemba, antes do segundo turno das eleições presidenciais que ia levar à desqualificação de ambos, a comunidade internacional, através do CIAT (*Comité International d'Accompagnement de la Transition*) fechou os olhos e levou até o fim. O fato de que nenhum orçamento significativo tinha sido engajado em prol da educação para cidadania do povo expressa claramente a ordem das prioridades. Os Congolese da Diáspora, entre os melhores informados sobre os desafios da democracia congolese, e principalmente aqueles que vivem em países democráticos, foram excluídos do processo na base de motivos confusos sobre custos. O impacto da sua participação talvez possibilitasse que se chegasse a resultados mais democráticos e, portanto, capazes de prevenir outros conflitos. Os congolese, trabalhando nas forças de segurança, eram impedidos de exercer seus direitos democráticos por razões de segurança. Na nossa opinião, violar a Constituição sob o pretexto de “razões de segurança” é um caso de golpe de Estado.

Já examinamos detalhadamente o caso da democracia na RDC. Lembramos brevemente alguns fatos no intuito de mostrar a dificuldade à qual se confronta a África, no contexto da mundialização, para organizar uma democracia participativa. Fica claro que o pretense projeto democrático, na RDC, como em diversos outros países da África, apenas constitui um caso de enxerte, num solo político congolês despreparado, de uma experiência de democracia liberal ocidental, concebida como “modelo universal”

justificado *a posteriori* como sendo consequência da mundialização. As lições históricas do enxerto do Estado Colonial na sociedade congoleza, cujos fragmentos perduram e continuam operando como um cavalo de Troia, não foram compreendidas. Um Estado desse tipo reprime o povo em vez de reagir favoravelmente diante de suas necessidades fundamentais e aspirações. As consequências não demoraram em aparecer. Hoje, o Presidente eleito está rodeado por um exército que funciona como uma milícia pessoal, inconsciente do fato que deveria, na democracia, servir fielmente o povo congolês, em vez de assediá-lo e extorquir bens. O desejo do vencedor de obter a maioria no Parlamento e de controlar o poder bloqueia o funcionamento útil das instituições democráticas. São essas limitações que impedem que a democracia na RDC desenvolva raízes mais profundas. Ao forçar as coisas no objetivo de assentar a democracia no país, como fazem nossos “educadores de democracia” ocidentais, acaba-se muitas vezes na situação da “montanha parindo um rato”.

Algumas instituições democráticas estão implementadas – as eleições locais, urbanas e municipais ainda não ocorreram. Isso não impediu que o conflito armado perdurasse no leste do país. Os primeiros exercícios de direitos democráticos, por exemplo, os protestos contra as eleições corruptas no Congo Central – foram extorquidos votos através de ameaças – suscitaram uma repressão desproporcionada por parte dos eleitos e resultaram em mortos. Em consequência, houve um aprofundamento da crise de legitimidade política e social – as pessoas opondo-se aos dirigentes “eleitos” através de corrupção e que não praticavam uma boa governança – que engendrou o “caso Bundu dia Kongo”. Esse movimento foi reprimido, e seus aderentes (*makesa*) foram massacrados de forma bárbara, suas paróquias (*maziku*) destruídas, e seus corpos jogados no rio (em Luozi) ou em valas comuns em outros locais. Aqueles que foram presos foram julgados em tribunais organizados precipitadamente onde os condenados foram privados de qualquer direito: nem alimentação nem atendimentos médicos. Alguns já morreram na prisão em Matadi. Não se pode construir a democracia sobre um terreno de ruínas. O recurso à força ou à ameaça para silenciar os cidadãos que exercem seus direitos democráticos de protesto contra toda violação de seus direitos, não pode reforçar

a democracia. A estabilidade de cemitérios não pode levar a uma verdadeira construção da democracia

3. A busca de uma solução apropriada à questão nacional

Logo no início, no quadro da OUA (Organização da Unidade Africana), os países africanos tornados independentes adotaram a decisão da intangibilidade das fronteiras coloniais. Esta decisão complicou mais do que facilitou o processo de unificação política da África que só é possível mediante uma transformação das ditas fronteiras. Os países africanos, com raras exceções, são a consequência das guerras de conquistas coloniais. As guerras imperialistas de conquistas coloniais, no século 19, são as mais recentes. Os países africanos atuais foram delimitados em consequência dos acordos concluídos entre potências imperialistas, na Conferência Internacional sobre o Congo em Berlim (1884-1885), por exemplo. Comunidades mais ou menos homogêneas, em diversos níveis de desenvolvimento cultural e social (umas sem Estado, umas com Estado embrionário, outras com reino ou até mesmo um império em crise), foram fragmentadas, e diferentes fragmentos foram juntados para formar colônias. Sendo assim, estas foram organizadas com fronteiras artificiais em relação à integridade das comunidades anteriores às conquistas. Algumas comunidades foram partidas ao meio: algumas das suas terras acabavam situadas do outro lado da fronteira colonial. Certos moradores de Luozi, na RDC, têm terras de seus clãs no Congo Brazzaville, por exemplo.

Os Estados pós-coloniais disputam suas fronteiras, sobretudo quando há importantes recursos naturais nessas áreas. Foi o caso do conflito fronteiriço opondo Camarões e Nigéria numa região rica em petróleo. Esse conflito devia ser resolvido mediante o recurso à Corte Internacional. É o caso mais recente de Kahemba, na RDC: Angola e RDC tiveram que revisitar as fronteiras coloniais em consequência da acusação feita pelos moradores de Kahemba sobre a presença no seu território de tropas angolanas explorando diamantes. Até mesmo os estados que se pretendem progressistas ou revolucionários, a Etiópia e a Eritreia, empreenderam guerras em torno de disputas por fronteiras. A tensão entre Ruanda e RDC toma por vezes a forma

de uma violação das fronteiras coloniais que a Ruanda nem sempre aceitou. Houve um tempo em que o regime ruandês reivindicava a necessidade de uma outra Conferência de Berlin para elaborar um novo traçado das fronteiras. A integração regional foi muitas vezes proposta como solução aos conflitos inter-Estados pós-coloniais.

A integração regional, com o respeito da intangibilidade das fronteiras coloniais, foi muitas vezes concebida em termos de integração econômica conforme o modelo da União Européia. As experiências africanas de integração regional – dos Estados da África Central, dos Estados dos Grandes Lagos, dos Estados da África ocidental, dos Estados da África Oriental, dos Estados da África Austral, etc. – não foram muito bem sucedidas. A tentativa de unidade continental da África depara-se com a recusa sistemática, por parte dos Estados, em alienar suas soberanias nacionais por consequência da fusão num Estado continental africano. A unificação gradativa, mediante a integração econômica, na mundialização, talvez não tenha muitas chances de um sucesso semelhante ao da União Européia, a qual, aliás, parece levada a pensar na sua unificação política, se quiser ser uma verdadeira superpotência mundial. As relações entre Estados pós-coloniais africanos continuam a sofrer o fracasso na resolução da questão nacional – a integração continental encontra o obstáculo dos nacionalismos territoriais estreitos que chegam por vezes a provocar conflitos entre Estados. Não podemos detalhar aqui o histórico dessa questão desde 1960 cuja abrangência escapa aos limites deste texto. Existem diversas teorias (de Cheikh Anta Diop, Kwame N’Krumah, Julius Nyerere, etc.) sobre como realizar a unidade da África. A experiência pragmática de unificação entre Zanzibar e Tanganyika numa República Unida de Tanzânia não foi seguida. Pensamos que a integração política da África num Estado continental irá trazer para os africanos a solução de muitos dos problemas que enfrentam atualmente. É um erro acreditar que esses problemas (de desenvolvimento, de pobreza, etc.) devem ser resolvidos antes de alcançar a unidade africana.

Para administrar as colônias, estas eram subdivididas criando-se tribos por vezes onde já não mais existiam. As consciências tribais eram reforçadas, o Estado – mediante a Administração colonial, a Escola ou a Igreja, contabilizando cada colonizado como pertencente

a uma tribo ou etnia. Para governar a colônia, tratava-se de dividir para reinar. O Estado colonial apoiava-se sobre as oposições tribais ou étnicas, o que fazia dele um Estado discriminatório sem paz civil. O formato global de existência social caracterizando a convivência forçada de todas essas comunidades repousava sobre a política do “dividir para reinar”.

Na Independência, o problema da questão nacional era colocado em termos de formação de uma nação independente transcendendo às divisões étnicas alimentadas até então pelo Estado colonial. Havia de fato a necessidade de transformação do Estado colonial em um Estado digno capaz de garantir os direitos de cada um e de todos. Sabemos que a independência era teorizada de duas maneiras: como uma simples substituição, no Estado colonial, dos colonialistas egressos pelos Congolezes, com a aprovação dos primeiros e de seus aliados ocidentais – é o processo de descolonização colonial; e como processo de desalienação ou revolucionarização cultural, exigindo uma transformação do Estado colonial em um Estado atuando como um movimento de liberação nacional no poder. Do ponto de vista da formação da nação, essas duas vias levaram à formação pelo topo do Estado, isto é, à criação pelo Estado do Estado-Nação – no primeiro caso, e à formação da nação pela base, no processo das lutas populares de liberação nacional.

A construção da nação pelo Estado foi concebida como uma integração nacional das comunidades étnicas forçadas a conviver na colonização e cuja autonomia era por vezes preservada pelo Estado colonial dentro da dinâmica do dividir para reinar. Se o Estado independente não consegue se desfazer do caráter discriminatório, confrontar-se-á com as reivindicações de autonomia comunitária sob a forma de lutas pela auto-determinação que podem levar até mesmo à secessão. Na situação de um Estado multinacional ou multiétnico, a integração nacional enfrenta várias questões (diversidade cultural, diversidade religiosa, diversidade lingüística, etc.). O tratamento das diferenças (de culturas, de gênero, entre trabalho manual/ intelectual, cidade/campo, etc.) evidencia o caráter do Estado. Os Estados pós-coloniais sem dignidade reagem às reivindicações de autonomia comunitária com uma repressão desmedida visando a

“restaurar a autoridade do Estado”. O Estado pode também exercer um paternalismo despótico: impõe-se a “civilização” às comunidades ditas selvagens – de Bushmen, de Hazabe ou dos Pigmeus, por exemplo, sem seus consentimentos. Qual seria o caminho do Estado para alcançar uma forma global de existência social das diferentes comunidades possibilitando uma relação de convivência?

Recentemente, na RDC, a reivindicação das identidade e autonomia culturais da comunidade Kongo, sob a liderança do movimento político-religioso Bundu dia Kongo (BDK), foi reprimida com selvageria. Essa reivindicação resultou dos sentimentos de marginalização dessa comunidade que estava à frente do movimento independentista desde o golpe de Estado de Mobutu que derrubou o presidente Joseph Kasa-Vubu. O movimento foi acusado de ter fomentado uma insurreição contra o Estado. A permanência das discriminações ou da marginalização de certas comunidades pelo Estado mostra que a questão nacional ainda não foi resolvida. Fatos como a repressão de uma comunidade reivindicando sua identidade cultural e o direito à autodeterminação sem evocar a secessão, numa situação posterior à implementação das instituições de formalismo democrático, merecem uma reflexão. Alguns países ocidentais, antigos Estados-Nações, que se tornaram multinacionais (França, Espanha, etc.) e que pretendem ser democracias bem assentadas, continuam confrontados à questão nacional. Os Bretões, na França, ainda reivindicam a sua autonomia, assim como os Bascos na Espanha. É pertinente afirmar que a balcanização da ex-Iugoslávia é uma consequência do fracasso desse Estado socialista na resolução da questão nacional. Na África, a questão tribal, no centro das dificuldades para o sucesso das democracias e da construção de Estados dignos, aponta para a dificuldade em se resolver a questão nacional. Talvez, nem o federalismo étnico, tal como foi tentado na Etiópia, nem a criação das nações étnicas, poderão resolver essa questão.

A maioria das experiências africanas de construção de uma nação a partir do Estado pós-colonial, seja enfatizando a unidade justificada pelos “imperativos do desenvolvimento”, seja recorrendo às tradições culturais africanas, fracassaram. Recentemente, o slogan de Kenneth Kaunda – “Um país, uma nação; uma nação, um partido político; um partido político, um dirigente: Kaunda!” era partilhada

por muitos dirigentes africanos. Partidos únicos assumiam o papel de veículos de construção da nação. Para explicar seu fracasso, é preciso remeter-se ao modo histórico da política de luta popular de liberação nacional (armada ou não), que dominou todo o movimento das independências desde aquela da Índia, em 1948, até o assassinato de Salvador Allende e de Amílcar Cabral, em 1973. Os teóricos militantes, através desse modo, para a África eram Frantz Fanon e Amílcar Cabral; a formação da nação era compreendida como processo de lutas populares para a independência nacional.²⁶

Digamos, em primeiro lugar, que a política da seqüência política de liberação nacional é caracterizada por uma demarcação que enfoca a *nação* e a *política nacional*, em oposição à política do bolchevismo, por exemplo, cuja demarcação se dá na política do proletariado. A nação é compreendida por F. Fanon e A. Cabral como sendo formada por pessoas que lutam, de modo consistente, contra o colonialismo e o neocolonialismo. O fim desse modo de política de liberação nacional explica a crise da questão nacional que se procura resolver através do Estado. Esse modo existiu durante um período em que era impossível pensar a política na ausência de alguma forma de militância anti-imperialista. Hoje, os Estados (e até os povos) reivindicam fazer parte do Império. O Império é visto como um guarda chuva para a paz e o desenvolvimento de nossos países! Quase todos os países caracterizados como expressão do *Renascimento africano* apoiaram os Estados Unidos e sua guerra no Iraque. A Uganda, por exemplo, ofereceu-se para mandar tropas. A concepção da política do Estado é hoje um desejo de ser parte integrante do Império para não ser acusado de ser um Estado bandido. Os imperialistas de ontem ou seus agentes são hoje chamados de “parceiros ou donatários”.

²⁶ Amílcar Cabral, *Unité et Lutte*, vol. 1; *L'Arme de la Théorie*, vol. 2; *La Pratique Révolutionnaire*. Paris: François Maspero, Cahiers Libres, 1975. Frantz Fanon, *Towards the African Revolution (Political Essays)*. New York: Grove Press Inc., 1967; *Les Damnés de la Terre*. Paris: FM: Petite collection maspero, 1970; *L'Année de la Révolution algérienne*, Paris: Maspero, 1959. Me fundamento também sobre a análise da questão por Michael Neocosmos em seu trabalho ainda em elaboração “Civil society, citizenship and the politics of the (im)possible: rethinking militancy in Africa today.” MS.2007.

Como bem o tinha compreendido Jean-Paul Sartre (prefácio ao livro de F. Fanon, *Os Condenados da Terra*), a política popular de liberação nacional é irreduzível ao colonialismo. Sendo a colonização fundamentalmente política, a solução à opressão colonial era fundamentalmente *política*, não sendo econômica, social, cultural ou psicológica. A reivindicação da liberação colonial é pura e irreduzivelmente *política*. É essa reivindicação que constitui o âmago da política nacionalista, sobretudo da política das massas que eram mobilizadas contra o colonialismo. A *política* era o elemento central da luta pela independência. Contudo, foi justamente essa política, esse elemento político, que definiu gradativamente depois da proclamação da independência. O Estado pós-colonial confundiu as preocupações nacionalistas com a independência. No caso do Congo, a depuração dos nacionalistas do Estado restaurou, dentro do Estado, as preocupações colonialistas. Em outras partes, o nacionalismo popular tinha se transformado em *nacionalismo de estado*, e a “democracia” foi excluída sob o pretexto de resolver a “questão social”, entendida, durante o período pós-colonial, como “questão de desenvolvimento”.

Na África, o período pós-colonial foi geralmente caracterizado pela *ausência da política*. O surgimento do Estado, substituindo as ações das massas populares a favor da emancipação, transformou a política nesse Estado (a política = o Estado). Trata-se do *fetichismo de estado* evocado acima. A dificuldade enfrentada pela luta de liberação nacional era de manter a irreduzibilidade da política. Isso acabava se tornando um problema intelectual difícil. Uma política particular do Estado criava a classe social da burguesia burocrática e não o inverso. Por esse motivo, tem se tornado tão difícil pensar a política anti-imperialista desde, praticamente, os anos de 1973.

A política das lutas populares de liberação nacional visava a *emancipação das populações colonizadas*. Infelizmente, acabou sendo identificada à *construção de uma nação*, o que referiu a política de emancipação às externalidades, a invariantes como a nação, o Estado, até mesmo a classe (ou “elite”). F. Fanon e A. Cabral não tiveram oportunidade de dirigir o Estado pós-colonial por motivos conhecidos; não puderam vivenciar as exigências decorrentes do funcionamento do Estado pós-colonial como movimento de liberação

tendo acessado ao poder. Eles iam experimentar a dificuldade em manter a política ativa e, sobretudo, irredutível ao Estado. A revolução cultural tinha como sentido a manutenção da autonomia política.

No modo histórico da política de luta pela liberação nacional, o termo “classe” - dominante na política do proletariado – é substituído pelo termo “nação”. Os termos dos invariantes externos eram: “Estado” e “nação”. Desse modo, as questões colocadas eram: “quem é a nação?” em vez de o que é a nação? E a resposta era: a nação é aqueles que lutam, de modo consistente, contra o colonialismo e o neo-colonialismo. A nação não é uma classe, uma raça, uma cor nem um gênero; ela não é a tradição, nem tampouco o Estado. A nação está aberta a todos os africanos sem considerações de origens étnicas, raciais ou nacionais. Essa política era justamente influenciada pelo panafricanismo. A consciência nacional era midiaticizada pelo movimento popular. Se for preciso falar da base social dessa nação, são as massas, os mais pobres, os mais excluídos (“os Condenados da Terra”), e particularmente os camponeses. A nação tende a dirigir-se para o campo; não só porque aí mora a maioria da população colonizada, como também porque são os mais excluídos e, portanto, com a queda do colonialismo, eles não têm nada a perder e tudo a ganhar. *São os únicos que podem ser universais e consistentes na sua reivindicação da liberação nacional e de democracia.* Os pequenos burgueses, os trabalhadores e os moradores das cidades costumam obter benefícios do colonialismo; eles são indecisos e não lutam de forma consistente contra o colonialismo. Eles encontram na metrópole colonial suas referências culturais e políticas. Na burguesia, existe uma tendência à «*compradorisation*».

Em suma, a nação é composta por aqueles que lutam, de forma consistente, pela liberação nacional, desconsiderando suas origens sociais ou étnicas. Como subjetividade organizacional de luta, o movimento nacional pode compreender uma frente composta de várias organizações, que geralmente não inclui partido político. Fanon opunha-se à formação do partido como órgão dirigente do movimento nacional. São esses tipos de organização popular que a missão imperial de democratização bloqueia através da imposição pelo alto dos “projetos democráticos”.

Os movimentos de luta de liberação nacional transformaram-se rapidamente em partidos e, mais tarde, em Estados. Alguns deles até funcionavam como Estados antes mesmo da vitória final. Tiveram muita fé no Estado enquanto fator de emancipação o que engendrou um estadismo sorrateiro

A *violência* era o ponto focal da luta. Fanon acreditava que a violência popular purificava a nação, distinguia aqueles que estavam lutando de forma consistente contra o colonialismo da violência colonial opressiva. A combinação entre o uso da violência popular contra a violência colonial e as aspirações democráticas do povo encontra seu operador no *Exército do povo* e na *prática da luta de guerrilha*. Supunha-se que a guerrilha era o povo em armas, os militantes armados.

Todos os lugares dessa política, embora variáveis, compreendiam: um movimento de massas, organizações de massas, a guerra de guerrilha e as comunidades camponesas. Com o *desvio estadista*, o *militarismo formou-se e as soluções militares eram priorizadas a despeito das soluções políticas*. Os movimentos de liberação nacional tornaram-se, na prática, uma imagem espelhada da política colonial. Nesses últimos 30 anos, temos vivenciado a perempção dessa política. Por essas razões, o tratamento apropriado da importância significativa entre cidades e campos continua omissa em diversos países africanos; essa questão fica no centro da sua crise econômica.

A questão nacional e até aquela chamada de questão dos conflitos étnicos resultam da retração da política de liberação nacional, da política de emancipação e do funcionamento dos Estados pós-coloniais segundo modalidades do Estado colonial. Para resolver essas questões, é preciso a emergência de um novo modo histórico da política de luta contra a mundialização imperialista.

4. A busca de um desenvolvimento endógeno pró-povo

Há na África uma grande necessidade de desmistificar o termo “desenvolvimento”, assim como [o termo de] “ciência econômica”. Denotam em grande parte *ideologias* de, e para, a evolução das sociedades capitalistas. O desenvolvimento é, antes de tudo, o

desenvolvimento capitalista que se ergueu, inicialmente, sobre o tráfico negreiro Atlântico e a escravatura – principalmente mesmo que não exclusivamente. Assim, ele tem como fundamentos a devastação da África. A trajetória das sociedades africanas, vista a partir do Congo, estende-se do saque das forças humanas africanas, mal sedentarizadas e mais ou menos organizadas (agredidas), até o atual saque dos recursos naturais. O ponto de partida de um processo influi sobre todo o processo até seu fim – trata-se de um princípio da dialética. Sabemos que hoje, sob outras formas, as forças humanas continuam encaminhando-se para o Exterior e que, assim como acontecia com os escravos rebeldes, algumas dessas forças acabam como presas para os tubarões.

O “trabalho” ou a “força de trabalho”, a “terra” e o “capital”, os fatores de produção denotam relações sociais e uma relação entre espécie humana e “natureza”. Essas categorias são muitas vezes apresentadas como sendo nomes de coisas. Essa coisificação esconde sua real interconexão. A relação de longo prazo entre as ordens constitui uma hierarquia cuja ruptura, pela equivalência ou oposição entre as ordens, gera uma confusão. A terra (fotossíntese) é o meio e a fonte da força de trabalho (a criatividade), e esta é o meio e a fonte do capital (instrumentos e meios de produção). Nessa relação de hierarquia necessária, as três ordens de complexidade estabelecem distinções que estão vinculadas entre os níveis. Esse sistema desenvolve um valor de sobrevivência a longo prazo.

É por causa do fetichismo da mercadoria que as mercadorias se tornam permutáveis. A hierarquia se torna, ideológica ou politicamente, simétrica. Tem-se “três fatores de produção”, e os três níveis de realidade tornam-se permutáveis: ou bem/ou bem. Por vezes, são apresentados como se estivessem em relações de oposição. Isso reflete o aspeto ideológico da “ciência econômica”.

Na presente situação de relações de poder do sistema econômico da mundialização, na qual dominam os capitalistas globalizados, a hierarquia necessária torna-se invertida. As três ordens estruturais têm uma relação de ou bem/ou bem e opõem-se de forma antagônica. O capital comanda a força de trabalho de exploração da terra. É esse mesmo contexto de globalização capitalista que intima os Africanos no poder (marionetes globalizadas) a vender

até a “natureza” ao Estrangeiro. As instituições de Bretton Woods pressionam os Estados africanos para que tenham uma política da terra em que esta fique diretamente subordinada ao comando do capital (privatização e transformação da terra em mercadoria). O saque do Estado segue a mesma lógica, e aliás, é justificado pela “ciência econômica” (o neoliberalismo).

A atividade humana (a energia física, intelectual, psicológica) – força de trabalho – passa a ser um fator, uma coisa que o capital comanda e manipula (criações alienadas da força de trabalho), o que pode por vezes ser apresentado como fazendo parte das “leis naturais”.

Certamente, para que tal “coisificação” aconteça, é preciso que os vínculos sociais, através dos quais funciona a hierarquia dependente, sejam rompidos: promove-se o indivíduo, proprietário privado, isolado, posto em competição no mercado com outros indivíduos, proprietários privados isolados. As relações sociais ficam subordinadas às relações de mercado. Uma pessoa vale pelo que pode comprar ou pelo que pode custar no mercado. Somente a pessoa mais rica é uma pessoa completa, “verdadeiramente humana”. A luta para alcançar esse ideal encontra-se na base da corrupção e da cobiça.

Quando surge o processo do valor (de troca) enquanto lógica dominante da produção, ocorre a autonomização ou a separação da espécie humana da “natureza”. Terras, animais, plantas etc. deixam de ser “irmãos e irmãs” (totemismo), para tornarem-se coisas e mercadorias. Quando a própria “natureza” passa a ser uma mercadoria vendida e comprada, a base do processo-vida (Gáia) está ameaçada de destruição. Aparece então a contradição fundamental opondo a espécie humana à biosfera.

Não posso me estender aqui sobre essa crítica que eu já desenvolvi em outro momento.

Contudo, pelo fato de serem feitas em nome da ciência as prescrições às nossas sociedades africanas no sentido de seu “desenvolvimento”, vale a pena examinar mais a fundo seus pressupostos teóricos e, sobretudo, históricos. Enquanto na Europa sofria-se da fome da força de trabalho, considerada como elemento estratégico da produção, os Europeus iam para África organizar sistematicamente a alienação da força de trabalho africana para o

processo de produção, favorecendo, assim, a Europa. Essa diferença inaugural parece ter marcado as economias africanas.

Para a RDC, a começar pelo período inaugural do Estado Independente do Congo, um único problema domina a dinâmica econômica dessa formação social: é a persistência do empobrecimento de amplas massas da população. Estima-se hoje que 85% da população vivem abaixo da linha da pobreza, sendo esta muitas vezes compreendida, como uma “coisa”, em vez de uma “relação de poder”: o enriquecimento de uns engendra o empobrecimento de outros.

A experiência congoleza mostrou que não se pode organizar uma economia social fora e contra os interesses vitais das massas da população, sem sofrer graves crises econômicas e políticas em longo prazo. Por isso, a RDC é uma formação social com crise interminável.

A “descolonização” era o conjunto de práticas políticas e posições ideológicas dos colonialistas destinadas a conceder uma independência política que assegurasse a continuidade dos privilégios colonialistas no novo sistema. O mesmo aconteceu com o “desenvolvimento”, que foi inicialmente um conjunto de práticas políticas e econômicas assim como de posições ideológicas adotadas pelo mundo ocidental, mundo desenvolvido, para a evolução das sociedades que sempre subjugou, visando a continuidade de seus privilégios econômicos. A missão civilizadora foi o ponto inaugural desta intervenção, fundamentalmente de caridade, a qual – como se diz – “bem ordenada começa sempre por si-mesmo”. Tudo iniciou, “por acaso”, pela recusa em indenizar os escravos alforriados enquanto eram concedidas compensações aos escravistas. O que nossos países precisam é de um processo de auto-desenvolvimento pelos próprios povos. Deverá ter como valor central a dignidade da vida daquele que se auto-desenvolve. Não surpreende notar que as formações sociais que foram subjugadas no passado e que iniciaram um levante, o fizeram após um período de ruptura com aqueles que os subjugavam. Com efeito, porque haveriam os povos africanos de levar a sério as promessas de desenvolvimento oriundas do mundo ocidental (e até do árabe), se este sempre se recusou a reparar os danos causados pela escravidão capitalista, pelo saque colonial dos recursos africanos – mais particularmente, os genocídios como o holocausto Leopoldiano – e as compensações para os antigos escravos

e seus descendentes? Seguir entregando seu destino nas mãos daqueles que já o desrespeitaram múltiplas vezes no passado, não apontaria para uma falta de auto-estima? Para o levantar da África, não se deveria cuidar em primeiro lugar de parar o sangramento da África e remediar à anemia pela infusão de um sangue novo constituído com os reparos, por parte, daqueles que tinham devastado a África?

O desenvolvimento, que deve ser endógeno, só pode ser perseguido conscientemente, não pode ser deixado na mão de outros. As instituições de Bretton Woods, que não estão interessadas, e nem são capazes de organizar o desenvolvimento endógeno alheio, assumiram a iniciativa de cuidar dessa missão. Isso, em razão da carência, por parte dos dirigentes de nossos países, em visão e clareza quanto aos objetivos em torno dos quais se deveria mobilizar as energias das pessoas. Com a liberalização – o ultraliberalismo –, as economias africanas são abandonadas às manipulações dos capitalistas vinculados às empresas transnacionais, e aos criminosos da economia que se envolvem na lavagem de dinheiro, no tráfico de drogas, etc.

Na situação atual, o desenvolvimento da África deve ser concebido na perspectiva de um pensamento poderoso que surgirá na base de um grande movimento de promoção da liberdade de pensamento. Esse pensamento deverá voltar a afincar suas raízes em todos os pensamentos críticos do amplo movimento de recusa histórica do pensamento único e de toda concepção linear da história, isto é, nos pensamentos inerentes às tentativas de saída dos pressupostos milenares sobre os quais foi construído nosso mundo execrável.

Até o momento, a crise da sociedade africana gira em torno da incapacidade de um tratamento apropriado da relação entre cidade e campo. É no campo que mora a maioria da população da RDC, por exemplo. No entanto, cerca de 85% do orçamento nacional permanece em Kinshasa.

Do ponto de vista mundial, são conhecidos pelo menos cinco modelos históricos de tratamento da forte diferença entre cidade e campo: a revolução burguesa inglesa tinha tratado essa questão através dos “cercamentos das terras”, enviando para as cidades os

campesinos que formaram a “reserva industrial”, posteriormente regularizada através de leis contra a vagabundagem; a revolução burguesa francesa tinha distribuído parcelas de terra aos camponeses que se tornaram pequenos produtores agrícolas independentes, mais ou menos protegidos pelo Estado; a revolução burguesa americana tinha desencadeado o extermínio das populações meso-americanas substituídas nas terras por fazendeiros capitalistas; a revolução bolchevique tinha instituído um programa de eletrificação do campo como meio técnico de tratar essa diferença; e, enfim, o modelo chinês baseado na “revolucionarização” dos camponeses. No que nos diz respeito, o problema não é nem inteiramente técnico, nem econômico e, portanto, de “desenvolvimento rural”, mas sim político. Trata-se do controle do Estado: como tornar efetivo o peso real dos campos sobre a modificação das modalidades de funcionamento do Estado? Sem tal modificação em favor dos campos, a crise econômica, originada na negligência da maioria da população quanto à partilha dos recursos, não encontrará solução. Na ausência dessa modificação, o desenvolvimento endógeno não é possível. As cidades integram-se facilmente ao sistema de consumismo satisfeito através da inserção no “mercado mundial”.

Se, como afirma o ex-presidente Jean-Bertrand Aristide,²⁷ envolver-se ou recusar a mundialização é escolher entre a morte e a morte, o tratamento pertinente da grande diferença entre cidade e campo pode sustentar um esforço espiritual, único meio para o nosso povo de traçar uma via mediana entre as duas escolhas mortíferas. Enquanto na América Latina, as pessoas se organizam e conseguem quebrar os “latifúndios”, aqui, infelizmente, estamos instituindo-os.

Até hoje, como vimos, a dinâmica central da economia congoleza é o saque. É preciso transformar essa economia numa economia organizada a fim de satisfazer prioritariamente as necessidades fundamentais da maioria da população congoleza. Resumidamente, a economia congoleza deverá ser organizada em torno de três elementos fundamentais: a população (força estratégica essencial), a agricultura e os recursos hidráulicos e energéticos.

²⁷ Jean-Bertrand Aristide, *Eyes on the Heart: Seeking a Path for the Poor in the Age of Globalisation*. New York: Common Courage Press, 2000.

Os recursos minerais, turísticos e ecológicos deverão financiar a implementação das infraestruturas essenciais. Deste modo, poder-se-ia formar um mercado interior dinâmico.

O sistema de acumulação deveria ser dominado por uma articulação fundamental vinculando a produção dos bens de produção e a produção dos bens de consumo de massa. A disponibilidade irregular das peças de reposição (para os equipamentos de fornecimento de água ou de eletricidade – Inga, por exemplo) passou a ser um ponto de estrangulamento da economia. O vínculo entre exportação e importação dos bens de luxo deverá ser relegado ao segundo plano, sem, no entanto, minimizar o aspecto da cooperação econômica regional. Os dirigentes regionais terão de entrar em acordo para liberar a circulação dos bens e das pessoas na região sem o uso de vistos.

Se a produção dos bens não conserva sua dimensão radiante, até mesmo o desenvolvimento cultural, no seu conjunto, será prejudicado. E sem esse desenvolvimento, a recuperação, se não a reversão, da tendência à extroversão da dinâmica “desenvolvimentalista” ou, melhor dizendo, sub-desenvolvimentalista, instalada desde o tráfico negreiro, não será possível. Na ausência de um desenvolvimento mais ou menos auto-centrado ou introvertido, a capacidade do povo congolês em exercer sua soberania – a vontade de planejar corretamente sua vida (pensamento e existência) – sobre o conjunto das questões essenciais de interesse nacional, sofrerá grande prejuízo.

Em algum sentido, e em última instância, a extroversão do saque é a base material da usurpação do poder pela minoria controlada e dirigida pelas forças externas. Isso não significa que a economia não será aberta: ela deverá ter, como em outras partes, um mercado regularizado. A abertura para o mercado mundial não deverá se traduzir pela marginalização extrema dos interesses da maioria da população.

Embora a fome ameace, a RDC, que tem 40% de solo fértil, cultiva apenas 10% do seu solo, e, até agora, não existe nenhum programa fundamental de desenvolvimento agrícola. Nem mesmo existe um verdadeiro código da agricultura semelhante ao código mineiro, por exemplo, e a primeira proposta de lei que deve organizar esse setor importante acaba de ser submetida ao parlamento atual.

Em suma, penso que a economia do Congo de amanhã, se quiser sair da problemática da extração exclusiva dos recursos naturais, deverá articular-se em torno de três setores fundamentais: a população, a agricultura e a energia hidroelétrica. O desenvolvimento do capital humano constitui o eixo estratégico. O sector mineiro, que faz com que a economia continue focalizada numa extração cuja renda beneficie apenas uma ínfima minoria dos Congolezes, deve servir de fonte de contribuição para o desenvolvimento rápido das infra-estruturas. A integração física, base da integração nacional, depende desse desenvolvimento. Isso tudo repousa na necessidade de construção de um Estado digno, capaz de erradicar a impunidade que mantém todos os criminosos nacionais e internacionais, responsáveis pelo saque dos recursos nacionais, a espinha dorsal da corrupção.

5. A questão da identidade cultural

A questão cultural diz respeito à conscientização dos Africanos da sua posição num mundo que, durante muito tempo, os tem dominado e deixado mais ou menos numa situação de extrema humilhação. É a questão da utilização positiva das tradições culturais africanas, como materiais de construção de um futuro de liberdade para a África. É a questão, para os africanos, de alcançar uma independência da mente que deve orientar sua criatividade cultural. Não é fácil inovar verdadeiramente, num estado de hibridez ou de alienação cultural. É a questão da “revolução cultural”, de erguer um mundo melhor fundamentado nas suas tradições antigas e nas visitas às demais culturas do mundo. Não se pode viver na África enquanto falsos europeus, falsos americanos, falsos asiáticos e etc., e sentir-se à vontade na sua pele. É preciso viver enquanto africano e visitar as demais tradições culturais do mundo enquanto africano; é nesta base que se deve fazer os empréstimos necessários em outras tradições, corrigir, nas suas tradições, alguns elementos tornados obsoletos e efetuar suas contribuições no mundo.

O relativo fracasso dos colonialismos se deve à vontade de construir sociedades africanas sem levar em conta as tradições culturais, e sob o pretexto da civilização declarada universal, fundamentando essa construção nos prejuízos culturais ocidentais

ou em elementos culturais inventados. Até as tradições e costumes africanos, quando utilizados, foram reinterpretados conforme valores não africanos. É em grande parte por isso que o fator tribal se torna uma questão difícil na África. As lutas que engendraram as tradições culturais ditas tribais nunca são compreendidas no seu contexto histórico.

Enquanto a luta anticolonial, como vimos, inspirava-se em um recurso às fontes culturais tradicionais, principalmente aquelas de resistência contra o tráfico negreiro, a escravidão e o colonialismo clássico, o Estado pós-colonial, nas mãos dos descendentes dos evoluídos, proveu-se de uma política cultural parecida com aquela do Estado colonial. A hierarquia colonial das línguas é mantida: a língua colonial, declarada oficial, reina no topo e as línguas congolésas, por exemplo, são relegadas ao segundo plano enquanto línguas “não oficiais”. Entre essas, algumas são ditas nacionais e outras permanecem enquanto “dialetos”. Não se faz praticamente nada para desenvolver as línguas congolésas, enquanto existe uma estrutura oficial para fazer a junção com o movimento da “Francofonia”. As experiências dos locutores das línguas relegadas quase ao esquecimento são negligenciadas.

A hibridez permanece: as crianças vivem em dois mundos praticamente separados conforme as línguas utilizadas – na escola, em casa e na rua. A língua colonial é o vetor da instrução, mas apenas 15% da população domina esta língua – oral e escrita. Até a maioria daqueles que finalizam o primeiro ciclo universitário não dominam essa língua. Sem uma verdadeira política cultural não se pode obter bons resultados na educação. Cada vez mais, forma-se uma elite que se sente desconfortável em qualquer cultura. Muitos não dominam nem a língua materna nem a língua “oficial”. Talvez seja por isso que as pessoas não pareçam ter auto-estima.

As constituições cantam a diversidade cultural como um fato positivo, mas não há nenhuma verdadeira política de uso dessa riqueza para a formação de uma consciência multinacional. O nacionalismo na África é muitas vezes estatal e desprovido de um conteúdo cultural específico. As consciências francófona, anglófona, lusófona ou espanhola, parecem se limitar ao nível de uma minoria de elites. Somos favoráveis a um multilinguismo africano. Pensamos que

uma cultura com diversas línguas engendra uma consciência africana mais arraigada. A escolha, em termos de identidade, não pode ser reduzida à opção entre um recuo na tribo e uma ruptura em relação a esta. É preciso que haja um enraizamento cultural (raízes) e asas para visitar outras culturas. Já tratamos dessa questão mais detalhadamente em outro lugar. (Mbongi a Nsi, no.1).²⁸

A cultura pode se definir pela produção e o consumo de obras do espírito e como aqueles dos produtos materiais. Essa produção e esse consumo encontram-se permanentemente caracterizados pelas relações sociais fundamentais que constituem a sociedade existente.²⁹ As relações sociais fundamentais continuam dominadas pelas relações imperialistas e neo-colonialistas, isto é, em nossos países, sobretudo as heranças culturais coloniais e o hegemonismo cultural americano (*American way of life*). É verdade que, como disse Frantz Fanon, a cultura africana será forjada pelas lutas dos povos africanos e não em torno de canções, poemas, ou folclore. Com efeito, são as lutas que levam as pessoas a recorrer às canções, poemas ou folclore produzidos no passado através de lutas semelhantes. Sabemos que a finalização da política das lutas de liberação na África resultou no predomínio das culturas tribais na formação das consciências. Igualmente, o fim ou o fracasso da política proletária nos países imperialistas teve um impacto negativo sobre o conteúdo das obras de espírito.

As relações do espírito, aquelas dos fatos culturais, do saber e dos lazeres determinam a identidade cultural dos Africanos.

6. A busca de uma liderança visionária

A África produziu grandes figuras com certa difusão no mundo, em diversas áreas de atividades humanas: na cultura (música, religião),

²⁸ Jacques Depelchin, *Silences in African history*. Dar es Salaam: Mkuki Na Nyota Publishers, 2004; Betty M. Kuyk, *African Voices in the African American Heritage*, Indiana: Indiana University Press, 2003; Kimbwandende Kia Bunseki Fu-Kiau, *African Cosmology of the Bantu-Kongo*. Printed in Canada, 2001.

²⁹ Pierre Fougeyrollas, *Les Processus sociaux contemporains*, Paris: Payot, 1980, pp. 247-265.

nas ciências, na política, etc. Contudo, no estado em que se encontra a África hoje, o impacto dessas figuras foi pouco relevante.

Após ter estudado os últimos 50 anos das independências dos países africanos, Martin Meredith (2005)³⁰ concluiu: *“At the core of the crisis is the failure of African leaders to provide effective government. Few countries have experienced wise and competent leadership...for the most part, Africa has suffered grievously at the hands of its Big Men and its ruling elites. Their preoccupation above all, has been to hold power for the purpose of self-enrichment. The patrimonial systems they have used to sustain themselves in power have drained away a huge proportion of state resources. They have commandeered further riches by acting as ‘gatekeepers’ for foreign companies. Much of the wealth they have acquired has been squandered on luxury living or stashed away in foreign banks accounts and foreign investments.”* [“No centro da crise encontra-se o fracasso dos dirigentes africanos em promover um governo eficiente. Poucos países fizeram a experiência de uma liderança sábia e competente, e na maioria dos casos, a África sofreu gravemente nas mãos desses Grandes Homens e das elites no poder. Sua preocupação foi de manter-se no poder com o objetivo de enriquecer-se. Os sistemas patrimoniais dos quais lançaram mão para manterem-se no poder esgotaram uma parcela significativa dos recursos do Estado. Confiscaram outras riquezas atuando como “guardiões” de companhias estrangeiras. A maior parte da riqueza adquirida foi gasta com uma vida luxuosa ou depositada em contas e investimentos estrangeiros”.]

Na maioria dos casos, a liderança africana foi mais destrutiva do que construtiva. Em vez de mobilizar as energias dos povos africanos para a construção da África, roubou esses povos e contribuiu para o atraso e o subdesenvolvimento da África. É verdade, houve líderes lúcidos como Nelson Mandela, Julius Nyerere, Kwame N’Krumah, etc., mas líderes desse tipo foram raros. As gerações futuras continuarão sofrendo as conseqüências da passagem na África de líderes como Mobutu, Idi Amin, J-B Bokasa. Os 32 anos no poder de Mobutu, na RDC, tiveram um preço muito alto: tem-se como conseqüência o atual estado desastroso do país.

³⁰ Martin Meredith, *op. cit.* pgs. 686-687.

Sob a direção de Julius Nyerere, a Tanzânia pôs em prática a idéia de Platão (em *A República*), segundo a qual o guardião da comunidade deve se subtrair aos interesses pessoais ou de grupo para evitar ser corrompido. A Tanzânia tinha se provido de um código de liderança para todos aqueles que serviam nas instituições superiores do Estado e do partido, TANU. Nenhum desses líderes devia ser implicado em negócios enquanto ele/ela trabalhava nessas instituições. Na África, em geral, os líderes, a começar pelo topo do Estado, estão envolvidos em negócios. É também isso que torna a corrupção endêmica na África.

A liderança envolve o fato de se ter uma *visão*, disciplina para trabalhar para sua realização e a capacidade de levar outros nessa realização. A disciplina implica também o fato de estar preparado para pagar o preço por suas profundas convicções. É o compromisso em ser fiel às conseqüências da realização das prescrições decorrendo da sua visão. Trata-se aí também de uma expressão da vontade política de agir que muitas vezes falta aos dirigentes africanos.

Para um país como a RDC, a visão deve levar em conta sua história complexa de sofrimento, sua posição geo-estratégica na África e no mundo, a evolução mundial global, suas riquezas culturais e espirituais com sua diversidade, os inimigos potenciais e reais que cobiçam seus recursos, a centralidade das forças humanas e os elementos futuros contidos no presente.

A primeira visão da nação congoleza, desde a sua formação, era aquela do movimento de independência. Sua liderança inicial (cujos pilares foram Simon Kimbangu, Joseph Kasa-Vubu e Patrice Emery Lumumba) tinha conseguido impregná-la na população congoleza no intuito de orientar o esforço para a independência. A disciplina de trabalho para que esse esforço chegasse a seu desfecho era confrontado pela precipitação belga quanto à descolonização, que resultou na proclamação da independência, no dia 30 de junho de 1960, antes mesmo que a liderança pudesse, através da luta, adquirir a maturidade e a capacidade desejadas para levar toda nação congoleza à realização das condições de existência de uma independência real. Tomada de surpresa, a liderança visionária batia em retirada ou se desdizia e cedia quanto à sua fidelidade à visão.

Mostramos acima que a política das lutas de liberação nacional do esforço para a independência finalizou-se pelos golpes de Estado,

e que a visão que poderia impregnar toda a nação congoleza e a disciplina dessa liderança necessária a atualização dessa visão, assim como sua capacidade em levar toda a nação, não mais se encontrava no poder. A independência tinha se tornado “a substituição, por Congolezes aceitáveis, dos colonialistas no Estado colonial, em via de se tornar pós-colonial, sob condição da aprovação pelas potências coloniais e imperialistas ocidentais”. Sua liderança tinha deixado de ser motivada por uma fidelidade em perseverar no esforço para a independência. Preocupava-se em agradar essas potências.

Essa liderança alinhada com o Ocidente tinha como ética política: “se você quiser tornar-se um dirigente no Congo, seja amado e aceitado em Washington, Paris, Londres e Bruxelas!” Aí reside a fonte profunda da sua falta de legitimidade, uma das causas da instabilidade política e do recurso pelos dirigentes alinhados com o neo-colonialismo aos anti-valores de re-submissão às potências coloniais, à política do arbitrário e da injustiça. Dirigia-se o país independente como se se tivesse voltado à colônia. Dificilmente se trabalha com consciência para a realização de uma visão imposta por outros; a capacidade em impregnar tal visão em pessoas cuja miséria resultaria da sua realização não tem chance de sucesso. O recurso à violência e ao arbitrário para impor ao povo a dita visão, somente resulta em agravar a ilegitimidade.³¹

7. A contribuição africana à busca das alternativas mundiais

A África, na sua relação com o resto do mundo, sempre pareceu ser uma doméstica muito influente dentro de uma casa real. O rei não pode prescindir das considerações da sua doméstica, porém, deve negar tal influência. Dificilmente podemos imaginar o que seria o mundo de hoje sem a África – nem que seja servindo de padrão de comparação com os demais. No entanto, as contribuições africanas à construção do mundo moderno são raramente solicitadas ou reconhecidas e apreciadas quando oferecidas. As considerações

³¹ Ernest Wamba dia Wamba, *Le Leadership et la Stabilité Politique en République Démocratique du Congo*. Kinshasa: Mbongi a Nsi no. 10, 7 juin 2005.

mundiais reconhecendo a contribuição de Nelson Mandela por sua forma de ser em si não parecem serem entendidas como prescrições para o mundo de hoje que deveriam modificar suas modalidades de funcionamento. Até mesmo aqueles que o homenageiam não se mostram fiéis às conseqüências dessas prescrições.

Por outro lado, por causa de um complexo de inferioridade ou de falta de auto-estima, conseqüência da humilhação sofrida durante milênios, os Africanos hesitam em afirmar em voz alta suas idéias quanto a uma reconstrução do mundo de modo que se torne um mundo de solidariedade em que se priorize o “humano” em vez do dinheiro. Mesmo as tímidas elaborações do “socialismo africano, etc.” não foram perseguidas com convicção, originalidade e autenticidade. As experiências de *Ujamaa* foram abandonadas antes mesmo que fosse feita uma verdadeira avaliação popular. Isso explica também a timidez constatada na afirmação de seus direitos: a África participou da construção do Ocidente, até nas suas guerras ditas mundiais, em defesa, como dizem, da “liberdade”, mas suas exigências por um tratamento igualitário são vistas com desconfiança por parte dos Ocidentais. Diante de todos os cataclismos sofridos (tráfico negreiro, escravidão Atlântica, colonialismo e neocolonialismo, saque desenfreado dos recursos, etc.) não estaria a África no direito de reclamar, reivindicar reparações? No Estado Independente do Congo, até 12 milhões de Congolezes foram massacrados para o enriquecimento do rei Leopoldo II; não houve nem pedido oficial de perdão, nem reparações.

A dinâmica da vida é diversificada e localmente específica; cada experiência tem valor de escola. Contra a concepção linear da história, cada cultura, resumida numa experiência de vida, encerra verdades úteis para a humanidade. Diante do que se apresenta como uma crise mundial da civilização capitalista, as culturas africanas, graças às suas experiências de vida, podem fornecer materiais para reconstrução dessa civilização. Haverá tido, nesse mundo, alguma parte da humanidade que tenha sofrido mais do que os africanos? Tal experiência não teria produzido ensinamentos úteis para uma apreensão realista do mundo

A ética dominante, sob o capitalismo, é uma ética de criança, uma concorrência desenfreada entre crianças, à imagem de Caim que,

depois de ter matado o irmão, tinha respondido à pergunta de Deus “Onde está teu irmão?” nesses termos: “Seria eu o guarda do meu irmão?” Se Deus perguntasse, hoje, aos Ocidentais a respeito dos Africanos “Onde estão vossos irmãos e irmãs africanos, e porque são eles tão miseráveis?”, não responderiam como Caim?

Muito resumidamente, falarei do pensamento de Simon Kimbangu que formula uma concepção africana, mais ou menos, da mundialização. Com efeito, há no pensamento de Simon Kimbangu (entre outros, no seu último discurso proferido no dia 10 de setembro de 1921 em Mbanza Nsanda), uma concepção dinâmica do renascimento africano: trata-se da reunificação da família africana após a liberação (política e espiritual) do Congo, da África e dos descendentes de escravos negros que se espalharam pelo mundo assim como da sua **volta à África**. É o renascimento africano enquanto reabilitação da “raça negra, a mais humilhada da humanidade” e, portanto, o fim da recusa da humanidade para com essa raça. O aspecto da volta à África dos descendentes dos escravos negros introduz uma concepção africana da mundialização capaz de reorganizar o mundo de forma mais humana. Quando enfocamos o que aconteceu no Oriente Médio após a criação do Estado de Israel, podemos imaginar o que pode resultar da criação de um Estado pan-africano reunindo a família africana.

Nessa linha de pensamento, desenvolveu-se na RDC um movimento de alforria dos Africanos.³² É um movimento que visa à construção da sociedade moral conforme os seguintes princípios: a) incentivar nos Congolese a consciência e o conhecimento do próprio valor e a auto-estima; b) relançar e reforçar a saúde da vitalidade espiritual do Congolês enfraquecida pelas heranças do tráfico negreiro, da escravidão Atlântica e “arabizante”, do holocausto Leopoldiano, do colonialismo, da ditadura de Mobutu, fortemente marcada pelo fetichismo e a espiritualidade negativa, as guerras insensatas etc., que levaram os Congolese a acomodar-se com todo tipo de anti-valores para sobreviver; c) buscar os marcos

³² Ernest Wamba dia Wamba, *Une Initiative Citoyenne: La Création et le Lancement du Mouvement congolais d’Affranchissement des Africains*. Kinshasa: Mbongi a Nsi no 15, 12 octobre 2005.

espirituais através da nossa história: os movimento de despertar espiritual, os perfis de coragem exemplares, etc.; d) reerguer a espiritualidade positiva no seio do povo congolês, reforçando a solidariedade com todos os filhos dispersos da Família Africana, por exemplo; e) organizar cerimoniais nacionais de arrependimento, de reconciliação, de reabilitação (do pai espiritual: Simon Kimbangu, por exemplo); f) criar um movimento de alforria dos negros para sustentar o movimento de reparação da humanidade maculada a partir do tráfico negreiro e das escravidões capitalistas; e g) organizar o resgate [*rachat*] simbólica para os filhos/filhas cativos que o desejam.

Em 2004, um negro originário de Antigua, de nacionalidade Britânica que, na infância, recebia visões de Simon Kimbangu, viajou para RDC para uma cerimônia de resgate. Eu estava presente à cerimônia e era muito comovente. Outros descendentes de escravos estão programados para o próximo ano. Dificilmente podemos dizer, na atual etapa, como irá terminar esse movimento. Em Nkamba (o quartel geral da Igreja Kimbangista), estão em obras construções importantes para receber até 500 descendentes de escravos. Embora as antigas nações escravistas, como a França, tenham tomado a iniciativa de declarar a escravidão como crime contra a humanidade e consagrado um dia do ano para a sua comemoração, enquanto a alforria total não se efetua conforme as indicações mencionadas acima, a reabilitação da “raça negra” ainda deverá ser feita. É preciso, no entanto, levar até as últimas conseqüências a aceitação da idéia de que a escravidão é um crime contra a humanidade. A fidelidade para com essas conseqüências deveria resultar em reparações (tanto espirituais quanto materiais).

CONCLUSÃO

Espero ter expresso, para o leitor desse *paper*, utilizado como documento de base para as conferências nas universidades do Brasil, as preocupações maiores às quais os filhos e filhas da África contemporânea se confrontam. O essencial aqui não era de trazer pistas de resoluções, mas sim de problematizar para que outros possam deter-se numa ou em outra dessas preocupações, aprofundar

seus contornos e trazer pistas para solucioná-las. Sentir-me-ei bem sucedido se meus leitores brasileiros puderam visualizar a dinâmica das lutas políticas que caracteriza a África de hoje.

Tradução – Christine ZonZon

Revisão Técnica – Professora Alyxandra Gomes Nunes, Doutoranda
em Estudos Étnicos e Africanos no PósAfro
– UFBA/CEAO



Previous Publications

Partha Chatterjee, *Our Modernity*, SEPHIS–CODESRIA lecture No. 1.
Published by Sefhis and CODESRIA, 1997.

Jomo Kwame Sundaram, *Economic Considerations for a Renewed Nationalism*, SEPHIS–CODESRIA lecture No. 2.
Published by Sefhis and CODESRIA, 1997.

Livio Sansone, *From Africa to Afro: Use and Abuse of Africa in Brazil*,
SEPHIS–CODESRIA lecture No. 3 (English).
Published by Sefhis and CODESRIA, 1999.

José Murilo de Carvalho, *The Struggle for Democracy in Brazil: Possible Lessons for Nigeria*, SEPHIS–University of Port Harcourt lecture.
Published by Sefhis and University of Port Harcourt, 2000.

Boubacar Barry, *Senegâmbia: O Desafio da História Regional*, SEPHIS–CEAA lecture (Portuguese).
Published by Sefhis and CEAA, Universidade Candido Mendes, 2000.

Livio Sansone, *De Africa a lo Afro: Uso y Abuso de Africa en Brasil*,
SEPHIS–CODESRIA lecture No. 3 (Spanish).
Published by Sefhis and CODESRIA, 2001.

Boubacar Barry, *Sénégalie: plaidoyer pour une histoire regionale*,
SEPHIS–CEAA lecture (French).
Published by Sefhis and CEAA, Universidade Candido Mendes, 2001.

Boubacar Barry, *Senegambia: Advocating for a Regional Historical Perspective*, SEPHIS–CEAA lecture (English).
Published by Sefhis and CEAA, Universidade Candido Mendes, 2001.

Elisée Soumonni, *Daomé e o mundo atlântico*, SEPHIS–CEAA lecture (Portuguese).
Published by Sefhis and CEAA, Universidade Candido Mendes, 2001.

Elisée Soumonni, *Dahomey y el mundo Atlántico*, SEPHIS–CEAA lecture (Spanish).
Published by Sefhis and CEAA, Universidade Candido Mendes, 2001.

J.F. Ade Ajayi, *Unfinished Business: Confronting the Legacies of Slavery and Colonialism in Africa*, SEPHIS–CSSSC lecture.
Published by Sefhis and Centre for Studies in Social Sciences, Calcutta, 2001.

Babacar Fall, *Social History in French West Africa: Forced Labor, Labor Market, Women and Politics*, SEPHIS–CSSSC lecture.
Published by Sefhis and Centre for Studies in Social Sciences, Calcutta, 2002.

M S S Pandian, *One Step Outside Modernity: Caste, Identity Politics and Public Sphere*, SEPHIS–CODESRIA lecture No. 4.
Published by Sefhis and CODESRIA, 2002.

Goenawan Mohamad, *On the Idea of “Indonesia”*, SEPHIS lecture (English).
Published by Sefhis, 2002.

Goenawan Mohamad, *Sobre a Idéia de “Indonésia”*, SEPHIS lecture (Portuguese).

Published by Sephis, 2002.

Boubacar Barry, *Senegambia: Difaâ Min Ajli Tarikhin Jihaouiyyin*, SEPHIS–CEAA lecture (Arabic).

Published by Sephis and CEAA, Universidade Candido Mendes, 2003.

Om Prakash, *Euro-Asian Encounter in the Early Modern Period*, SEPHIS–University of Malaya lecture.

Published by Sephis and University of Malaya, 2003.

Rhoda Reddock, *Reflections on Gender and Democracy in the Anglo-phone Caribbean: Historical and Contemporary Considerations*, SEPHIS–CODESRIA lecture No. 5.

Published by Sephis and CODESRIA, 2004.

Guita Grin Debert, *Genre et démocratie: les politiques de combat de la violence en Amérique du Sud*, SEPHIS–Institute of African Studies–CEMAT–CRASC–CODESRIA lecture.

Published by Sephis, Institute of African Studies in Morocco and CODESRIA, 2005.

Silvia Rivera Cusicanqui, *(In)visible Realities: Internal Markets and Subaltern Identities in Contemporary Bolivia*, SEPHIS–SEASREP Council lecture.

Published by Sephis and SEASREP Council, 2005.

Sean Field, *Oral History Methodology*, SEPHIS–SEASREP Foundation lecture.

Published by Sephis, 2007.

Elinor Sisulu, “Mrs Sisulu’s husband”: *Subversion of gender roles in an African marriage*, SEPHIS–University of the West Indies lecture.

Published by Sephis, 2007

Syed Farid Alatas, *Intellectual and Structural Challenges to Academic Dependency*, SEPHIS–ADRI lecture.

Published by Sephis, 2008

Janaki Nair, *All in the Family? Gender, Caste and Politics in an Indian Metropolis*, SEPHIS–Federal University of Santa Catarina–Federal University of Rio de Janeiro–Federal University of Brasilia–Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre al Mulher–Federal University of Bahia–Centre for African and Oriental Studies lecture.

Published by Sephis, 2008

Janaki Nair, *Tudo em Família? Gênero, Casta e POLÍTICA/DIRETRIZ? numa Metrópole Indiana*, SEPHIS–Federal University of Santa Catarina–Federal University of Rio de Janeiro–Federal University of Brasilia–Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre al Mulher–Federal University of Bahia–Centre for African and Oriental Studies lecture (Portuguese).

Published by Sephis, 2008